

CIÊNCIA, SUBSTANTIVO FEMININO

Mulheres ainda lutam por espaço na produção científica universitária. Conheça o grupo liderado por Nadja Souza p.6

MARINA GIANNINI [FOTO]

EM PAUTA Mês de novembro é marcado pela campanha da saúde masculina p.4

CULTURA

O Hip Hop na USP

Tendência da cultura negra busca mais espaço p.7

ENTREVISTA

"Sem esse apoio, eu não conseguiria":

Mãe funcionária encontra assistência na comunidade uspiana p.13

ESPORTES

25 anos do BIFE

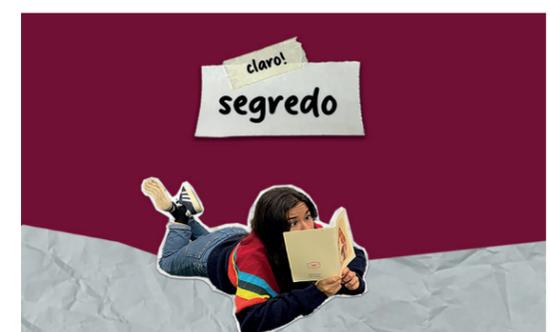
Campeonato celebra o esporte universitário há mais de duas décadas p.15

UNIVERSIDADE

Política de cotas ainda engatinha

Universidade de São Paulo permanece atrasada no debate e na adesão às políticas de cotas p.8

Nesta edição: suplemento **claro!**



HUMOR

JULIA ALENCAR



USP: 90 anos ou anos 90?

Mais uma vez, a USP se consagra como a melhor universidade do Brasil, segundo ranqueamento realizado pela *Folha de S.Paulo*. Em seus 90 anos de fundação, a instituição se vangloria do resultado. Mas, vale se questionar: o mérito é de todos? É para todos? É sentido por todos que compõem a USP? A resposta franca é não.

Encastelada em si mesma, a Universidade de São Paulo é uma instituição paralisada no tempo. De “universidade” a USP não tem nada, é fechada para o pensamento externo, para o mundo externo, para a sociedade que a rodeia. Na orgulhosa “melhor universidade da América Latina”, a pesquisa e a liderança feminina ainda são dificultadas e deslegitimadas; a cultura preta é recebida com relutância; o trabalho é precarizado, seja pelo viés da terceirização, seja pela dupla ou tripla jornada laboral enfrentada por pais e mães com pouca rede de apoio; a presença indígena, transexual, negra e PcD é atravancada pelos mecanismos obsoletos de seleção de vagas, que lembram muito aqueles utilizados nos anos 90.

A USP como um todo funciona dessa maneira: como se vivesse cristalizada no século passado.

O mundo ao redor se altera, evolui. Universidades federais pautam, discutem e aplicam sistemas de cotas para pessoas com deficiência, tran-

sexuais e indígenas. Instituições como a Faperj e a Universidade Federal Fluminense (UFF) garantem maneiras de equilibrar a parentalidade com a pesquisa científica e o trabalho. Laboratórios, como o da P&G, são cada vez mais ocupados por mulheres. Mas na mais importante universidade do país, esses setores se vêem marginalizados, esquecidos e ignorados, isso quando conquistam, dificultosamente, entrar na USP. Para eles, não há muito o que se comemorar com um ranking de 1º lugar, embora seja justamente graças ao trabalho dessas pessoas que a USP ocupe a posição de destaque que a Reitoria adora gritar aos quatro ventos.

Essa edição é sobre essas duas questões: a inércia histórica da USP e a resistência daqueles que, já que não são ouvidos, marcam a própria presença. O racismo, transfobia, misoginia, capacitismo e etarismo estruturais são antagonizados pela determinação e inspiração feminina [pág. 6], pela resiliência da cultura negra [pág. 7], pelos movimentos pelas cotas PcD e trans [pág. 8], pela manutenção da memória da luta sindical [pág. 11] e pelo apoio coletivo que a comunidade USP dá a si mesma [pág. 13].

Se a “Melhor do Brasil” completa 90 anos de excelência, não é graças a uma direção paralisada nos anos 90: É graças a nós, que há nove décadas insistimos em ocupar esse espaço com nossa existência.

OMBUDSMAN

Insegurança enfrentada por mulheres na USP merece mais reportagens

Senti calafrios ao ler a importantíssima reportagem de capa da edição 543 do JC. Como ex-aluna do período noturno do campus do Butantã, lembro-me bem do medo de andar sozinha pelas ruas sempre mal iluminadas.

As repórteres Gabriela Varão e Julia Alencar acertaram ao procurar diferentes fontes, como entidades estudantis, a Prefeitura do Campus, a Guarda Universitária e a Superintendência de Prevenção e Proteção Universitária, para falar do grave cenário de insegurança para as frequentadoras da USP. Merecem destaque os dois fortes relatos de jovens que tiveram suas identidades protegidas: uma foi perseguida

ao sair da faculdade, a outra sofreu violência sexual. Ambas não encontraram o acolhimento necessário – assim como as vítimas recentes de dois estupros e uma tentativa de estupro.

Considerando a centralidade do assunto e, ainda, a quantidade de facetas e desdobramentos do quadro reportado (da recorrência dos casos e suas consequências individuais e coletivas, passando pela falta de apoio dos órgãos oficiais e o peso sobre as entidades estudantis), deixo aos jovens jornalistas uma dúvida genuína: por que não tratar do tema em mais de uma matéria?

Entendo que o JC tem suas editorias definidas, mas, como

sempre me disseram bons editores: não adianta brigar com a notícia. Diante de uma notícia dessas proporções, será que o jornal não pode se adaptar e fazer diferente? O fato de ser um jornal laboratório pode incentivar a ousadia – e não a manutenção de padrões fixos e imutáveis.

Como destacado pelo editorial, outras reportagens da edição abordaram problemas do passado e do presente mais e menos relacionados à segurança na USP. São impressionantes os relatos sobre a vivência universitária na época da ditadura. Assim como são pertinentes as reportagens sobre o impacto da fumaça das queimadas, a existência de ilhas

de calor e as mudanças no trajeto dos ônibus circulares. Todas essas (e outras matérias da edição), no entanto, teriam se beneficiado de lides mais bem estruturadas.

Uma edição mais rigorosa pode (e deve!) ajudar, dando o devido tratamento noticioso às manchetes, linhas finas, “olhos” e lides das reportagens, ainda que em poucos caracteres. Sintetizar é mesmo um negócio complicado, mas, por mais difícil que seja, é necessário continuar tentando cortar, hierarquizar, destacar, resumir e informar. E, por fim, reler o texto final mais de uma vez, para que pequenos erros de digitação e pontuação não cheguem ao leitor final.

Formada pela ECA-USP, a jornalista Isabel Seta foi produtora e roteirista do podcast *O Assunto* e atua na Agência Pública



JC Online



JORNAL DO CAMPUS

Universidade de São Paulo – Reitor: Carlos Gilberto Carlotti Junior. **Vice-Reitora:** Maria Arminda do Nascimento Arruda. **Escola de Comunicações e Artes – Diretora:** Brasilina Passarelli. **Vice-Diretor:** Eduardo Monteiro. **Departamento de Jornalismo e Editoração – Chefe:** Luciano Guimarães. **Chefe Suplente:** Wagner Souza e Silva. **Jornal do Campus – Professores responsáveis:** Alexandre Barbosa, Luciano Guimarães e Wagner Souza e Silva. **Redação – Secretário de Redação:** Samuel Cerri. **Editoria de Arte – Editora:** Gabriela Varão. **Arte:** Artur Abramo, Bárbara Aguiar, Beatriz Garcia, Gabriela Varão, Jônatas Fuentes, Lucas Lignon, Miriã Gama. **Editoria de Fotografia – Editora:** Sarah Kelly. **Fotógrafos:** Lucas Lignon, Marcelo Teixeira, Marina Giannini, Mirela Costa, Miriã Gama, Nicolas Dalmolim, Nicolle Martins. **Editoria Online e Redes Sociais – Editores:** Julia Alencar, Nicolas Dalmolim. **Opinião/Diálogos – Editor:** Davi Madorra. **Cronista:** Paloma Lazzaro. **Entrevista – Editora:** Lara Soares. **Repórter:** Alicia Matsuda. **Universidade – Editores:** Marcelo Teixeira, Nicolle Martins. **Repórteres:** Diego Facundini, Diogo Silva, Gabriel Carvalho, João Chahad, Pedro Morani. **Em Pauta – Editora:** Fernanda Zibordi. **Repórteres:** Ester Nascimento, Sofia Zizza. **Cultura – Editora:** Isabella Gargano. **Repórteres:** Miriã Gama, Renan Affonso. **Esporte – Editora:** Mirela Costa. **Repórter:** Lívia Uchoa. **Ciência – Editora:** Beatriz Haddad. **Repórteres:** Lucas Lignon, Marina Giannini. **Endereço:** Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 433, prédio 2, sala 19, Cidade Universitária, São Paulo, SP, CEP 05508-020. Telefone: (11) 3091-4211. **Impressão:** DNA Gráfica Digital. O *Jornal do Campus* é produzido pelos alunos do 4º semestre do curso de Jornalismo Diurno, como parte das disciplinas Laboratório de Jornalismo: Jornal do Campus e Laboratório de Fotojornalismo.

▶ JOGATINA

Epidemia de jogos e apostas online

Como as *bets* afetam a população brasileira

Acesso fácil e promessa de renda imediata impulsionam busca por ganho financeiro às custas da saúde mental

ESTER NASCIMENTO [REPORTAGEM]

Com atuação irregular desde 2018, as casas de apostas esportivas são um fenômeno em expansão no Brasil. Para regulamentar essa prática, o Governo Federal promulgou a Lei 14.790/2023 e, em 1º de outubro deste ano, suspendeu as atividades das empresas não adequadas à legislação. Para operar no país, empresas devem cumprir as diretrizes de publicidade estabelecidas pela nova lei, que visam controlar a propaganda excessiva e enganosa de produtos com potencial de dependência. Também é exigida a prevenção às consequências negativas à saúde mental do apostador em virtude de dependência, compulsão, ou de qualquer transtorno associado aos jogos e apostas.

APOSTADORES De acordo com o Banco Central, 24 milhões de brasileiros participaram de jogos de azar nos primeiros oito meses do ano. Já o relatório “Futuro das Apostas Esportivas Online,” da plataforma Futuros Possíveis, em parceria com a Opinion Box e Afro Esporte, aponta que 40% dos apostadores on-line são pretos e pardos, 33% brancos e 27% preferiram não se identificar. Quem aposta com frequência geralmente são homens jovens (16 a 29 anos), motivados pelo forte apelo midiático e publicitário.

Quanto ao valor gasto, jovens e pessoas das classes C, D e E, com renda familiar média de R\$ 1.087,77 a R\$ 3.980,38, apostam até R\$ 100 em jogos online por mês. Pessoas mais velhas e das classes A e B, com renda acima de R\$ 7.017,64, chegam a gastar mais de R\$ 3.000 mensais. Os principais motivos para apostar listados nas pesquisas são o ganho financeiro e a diversão.

DEPENDÊNCIA O aumento no número de apostadores também eleva os casos de compulsão por jogos. A ludopatia, ou transtorno de jogos patológicos, é uma condição médica caracterizada pelo desejo incontrolável de jogar, reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Márcia Pilão, psicóloga, psicopedagoga e colaboradora do Programa Ambulatorial Integrado dos Transtornos do Impulso (PRO-AMITI) do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas, explica que os impulsos de quem sofre desse transtorno são semelhantes aos de dependentes de álcool, tabaco e drogas ilícitas. A psicóloga também destaca o retorno rápido dos resultados dos jogos como fator determinante: “a compulsão nas apostas online tem uma variável associada à possibilidade de uma resposta imediata, muito rápida, e isso faz com que à medida que o apostador compulsivo ganhe, a descarga de dopamina o faça ter um sentimento de bem-estar que o mantém no jogo sem qualquer freio”.

Além disso, a interatividade da tecnologia favorece a compulsão. “Estamos vivendo uma epidemia de jogos e apostas online. As pesquisas mostram que os motivos que levam as pessoas a apostarem estão associadas à facilidade [de acesso], já que os principais motivos apontados são: 42% por diversão, 25% para aumentar a renda, 17% entretenimento e 6% por vício”, analisa Márcia.

No Brasil, os grupos de apoio para jogadores compulsivos existem desde o final do século 20, como a Irmandade de Jogadores Anônimos (JA), que teve a primeira reunião em 1993 no Rio de Janeiro e se espalhou pelo país, com o foco nos jogos de azar populares da época, como o jogo do bicho e caça-níqueis. Contudo, houve aumento na procura por ajuda ligada às apostas online, segundo R*, da diretoria do Escritório de Serviços de JA no Rio de Janeiro.

“Da pandemia para cá, está ocorrendo uma explosão de pedidos de ajuda e a Irmandade voltou a crescer”, conta. “Não temos estimativas, mas pode-se dizer que cerca de 90% são devido às *bets*”. R* menciona a diferença de faixa etária entre o público que frequentava as reuniões e o atual: “são jovens entre 20 e 35 anos aproximadamente e até mesmo alguns adolescentes”.

Além de impactos na vida do indivíduo, como endividamento,

ansiedade e depressão, a ludopatia afeta também as pessoas próximas, gerando insegurança emocional e psicológica nas relações. Nos últimos anos, as *bets* elevaram o número de frequentadores nos grupos de ajuda a familiares e amigos de pessoas com transtornos de jogo, conforme relata A*, membro há 20 anos da JOG-ANON, organização que realiza reuniões em vários estados do país desde 2002: “até a pandemia as reuniões eram só presenciais e em média com 4 ou 5 participantes. Com a pandemia começamos a fazer reuniões online, hoje temos 800 pessoas de diferentes estados”.

Ainda segundo A*, o perfil dos frequentadores mudou. “Éramos em grande maioria esposas, cujos maridos iam ao bingo, ao bar, jogo do bicho. O advento dos jogos online trouxe outros familiares – mães, pais, namoradas, irmãos”. A* enfatiza que fácil acesso é um problema abordado de forma recorrente: “A grande diferença é que antes o jogador precisava se deslocar para o lugar de jogar. Hoje joga no celular, em casa, no trabalho, na escola, na balada. Tem sido devastador”.

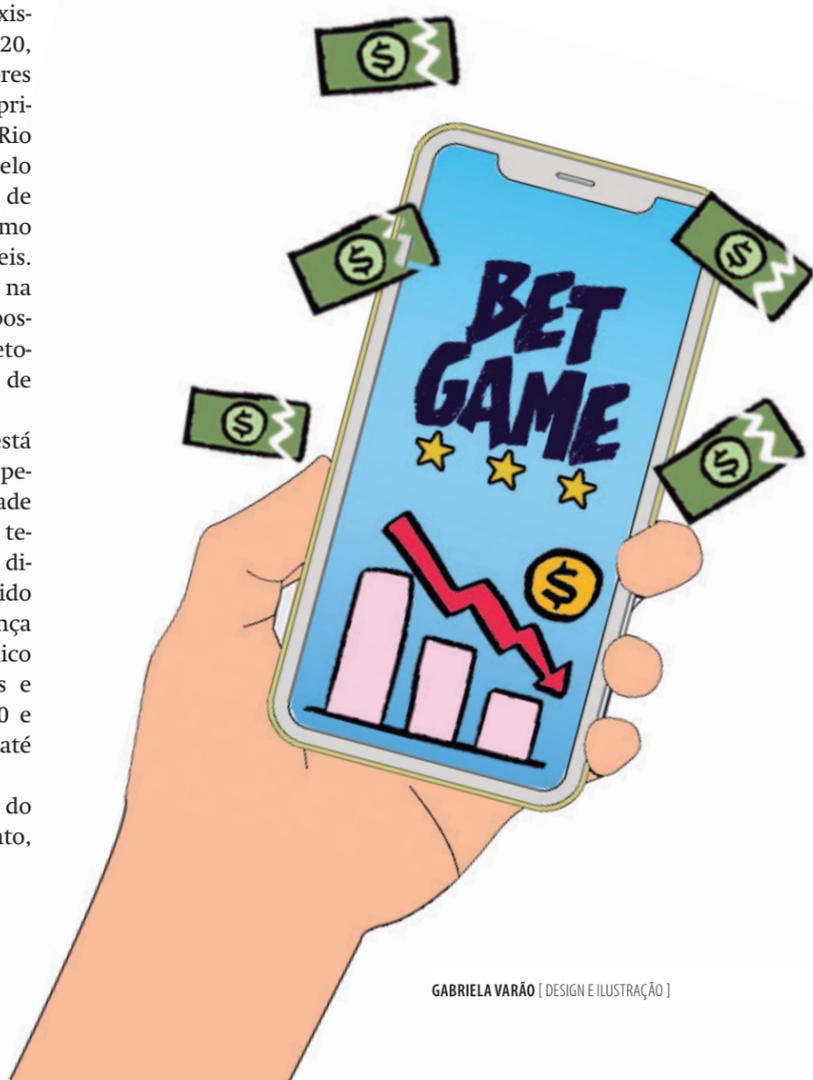
TRATAMENTO Além de consultas psiquiátricas, é essencial que as pessoas afetadas tenham acesso a sessões regulares de psicoterapia, acompanhamento familiar e participação em grupos de apoio como a JA e a JOG-ANON. A psicóloga e pesquisadora Márcia ressalta, entre as ações importantes nesse cenário, a fiscalização das casas de apostas para proteger a população e a melhor distribuição dos recursos destinados à saúde. Segundo a Lei 14.790, apenas 1% do valor total que será arrecadado com as apostas é destinado a esse setor e, de acordo com a psicóloga, essa é uma quantia insuficiente para a ampliação e capacitação do Sistema Único de Saúde (SUS) a fim de atender, apoiar e tratar as pessoas impactadas.

“Os Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e Drogas (CAPS AD) não possuem competência técnica nem estrutura física necessárias para lidar com esse transtorno. É fundamental transformá-los em CAPS ADJ – Álcool, Drogas e Jogos”, completa Márcia.

*As iniciais foram utilizadas para proteger a identidade e privacidade das pessoas entrevistadas.

A grande diferença é que antes o jogador precisava se deslocar para o lugar de jogar. Hoje joga no celular, em casa, no trabalho, na escola, na balada. Tem sido devastador

A*, membro da organização JOG-ANON há 20 anos



SAÚDE

Entre o tabu e a prevenção: homens vão ao médico?

Novembro Azul incentiva cuidados com a saúde masculina e conscientização sobre doenças e exames de rotina

SOFIA ZIZZA [REPORTAGEM]

Em 2011, o Instituto Lado a Lado pela Vida iniciou a campanha 'Novembro Azul', com o objetivo de alertar a população sobre a importância do diagnóstico precoce do câncer de próstata. Aproveitando a ocasião, o Ministério da Saúde e o Instituto Nacional de Câncer (INCA) ampliaram a data para um movimento em prol da saúde masculina.

De acordo com o INCA, o câncer de próstata é o segundo mais comum entre homens cisgênero, atrás apenas do câncer de pele não melanoma. A doença acomete grupos da terceira idade, uma vez que cerca de 75% dos casos no mundo ocorrem a partir dos 65 anos. De acordo com dados do Sistema de Informações Hospitalares, do Ministério da Saúde, 85% dos homens cis afirmam não conhecer os sintomas da doença.

Oscar Fugita, urologista do Hospital Universitário da USP, afirma que, em fase inicial, o câncer de próstata não causa indícios evidentes. "Os sintomas estão diretamente ligados ao crescimento benigno da próstata. O tumor maligno só provoca sintomas em um estado no qual o tratamento é mais difícil". Ele aponta que, quando diagnosticada no início, a doença tem altas chances de ser curada e controlada, por isso a importância do acompanhamento médico.

Fugita explica que, na maioria dos casos, os homens cis passam a frequentar o urologista após os 50 anos de idade, por conta da preocupação com o órgão. Ele reitera a importância de pessoas com histórico familiar iniciarem os acompanhamentos preventivos a partir dos 40 anos.

No entanto, o médico defende que a visita ao urologista deve ser feita ao longo de toda vida, uma vez que existem doenças masculinas que surgem na infância e adolescência. "O testículo não palpável é uma condição que surge na infância e que, se não for diagnosticada em fase precoce, pode ocasionar em um câncer de testículo". Esse tipo de tumor tem maior incidência em homens de 19 a 35 anos.

Outra doença, que ocorre principalmente durante a adolescência e que recomenda-se o tratamento em fase precoce, é a varicocele. Segundo Fugita, quanto mais tardio o diagnóstico e tratamento, maior a chance do desenvolvimento de infertilidade. "Muitos acabam diagnosticados apenas quando querem ter filhos, quando as chances de cura são mais difíceis".

SISTEMA DE SAÚDE Uma pesquisa realizada pela Sociedade Brasileira de Urologia (SBU), sobre a percepção do homem a respeito da sua saúde, mostra que 46% de pessoas cisgênero do sexo masculino só vão ao médico quando

sentem algo. Em 2022, houve mais de 312 milhões de atendimentos masculinos, já os femininos ultrapassam 370 milhões.

Fugita fala que o fato dos homens cis frequentarem menos os sistemas de saúde é uma questão cultural. "É uma construção do mundo machista que diz que os homens não precisam se cuidar". Ele revela que as mulheres são incentivadas a ir ao médico após a infância, principalmente ao ginecologista. Em relação ao câncer de próstata, ele conta que, dentre os motivos que impedem os homens cis de se prevenir, está o preconceito do exame de toque retal.

Gabriela Junqueira, professora do Instituto de Psicologia (IP) da USP, relata que essa diferença de comportamento vem de uma construção social acerca dos gêneros binários. "São atribuídas funções sociais distintas, nas quais a produção de riquezas é atribuída ao masculino e a reprodução e o cuidado ao feminino".

Ela analisa que, além das mulheres serem responsáveis por funções atreladas ao cuidado de crianças e idosos, elas são responsáveis pela saúde reprodutiva. "A reprodução é dita como um dever das mulheres, que são aconselhadas a procurar um ginecologista para cuidar da sua saúde contraceptiva", completa.

A professora Gabriela afirma que essa divisão social e conservadora também afeta a procura de serviços de saúde mental. "Os meninos, desde cedo, não são incentivados a demonstrar emoções e a pedir ajuda, o que faz com que eles procurem menos cuidar da saúde mental". Por não serem incentivados a conversar e trocar intimidades com amigos, há uma maior dificuldade de ter um reconhecimento e entendimento maior das emoções.

PREVENÇÃO Miguel Luiz Camargo, de 74 anos, foi diagnosticado com câncer de próstata há poucos anos. Diferindo dos dados mostrados acima, ele afirma que vai ao médico com frequência. "Sempre fiz os exames necessários e frequentei o urologista, mas meu médico nunca quis fazer exame de toque". Ele acres-



NOTA DE PESAR

Com grande pesar, comunicamos o falecimento de Tiago Murakami, aos 43 anos, no dia 11 de outubro de 2024. Servidor da USP, ele ingressou em 2001 no curso de Biblioteconomia da Escola de Comunicações e Artes (ECA) e construiu uma carreira significativa, se destacando como chefe de catalogação.

Em junho, Tiago concedeu uma entrevista ao *Jornal do Campus* (edição 541). Ele contou sua trajetória como uma pessoa que enfrentou um câncer de intestino, seguido por uma metástase no fígado, com coragem e otimismo.

O JC se solidariza com a família e amigos de Tiago. Sua história se eterniza nas páginas desse jornal e na memória da ECA.



▶ USP EM DADOS

Transição energética no mundo... e no Campus?

Cidade Universitária gasta R\$36,2 milhões em energia elétrica anualmente e produz 1,28% do que consome em energia solar; a meta é atingir 20%

LUCAS LIGNON [REPORTAGEM]

A Prefeitura do Campus Capital Butantã (PUSP-CB) indica que 1,28% da energia elétrica consumida em 2023 foi gerada por sistemas fotovoltaicos, ou seja, sistemas que produzem energia solar. O consumo total foi de 47.731 MWh, quantidade de eletricidade utilizada em hora, e seu custo foi de R\$36,2 milhões, o que equivale ao consumo médio de 35 mil pessoas em ambiente doméstico por ano. O uso de energia elétrica apresenta impactos ambientais relacionados, como as emissões de carbono na sua geração que aceleram as mudanças climáticas.

O Grupo de Trabalho (GT) de Energia do novo Plano Diretor do Campus Butantã analisou a atual situação de eficiência energética e sustentabilidade dentro da Cidade Universitária. O grupo identificou, por meio de oficinas e consultas públicas, que os problemas mais recorrentes estão ligados ao consumo ineficiente, ao impacto ambiental negativo e também à qualidade da rede elétrica dentro dos prédios. O GT se dedica agora a estabelecer metas que ajudem a tornar o Campus mais autossuficiente em energia, reduzindo as emissões de gases do efeito estufa para os próximos dez anos.

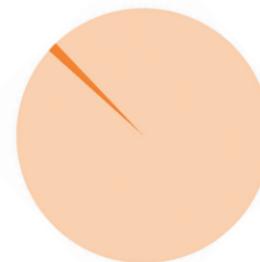
Em entrevista ao **Jornal do Campus**, José Aquiles Baesso Grimoni, coordenador do GT de Energia e do Programa Permanente para o Uso Eficiente dos Recursos Hídricos e Energéticos na Universidade de São Paulo (PUERHE-USP), afirma que a USP tem a preocupação com o uso de energia há muito tempo. Ele cita ações do Programa que reduziram o consumo de energia, como a compra de equipamentos mais eficientes e a troca dos antigos. No período de 2021 a 2023, o nível de consumo de eletricidade caiu cerca de 23% em relação a 2017-2019.

A Cidade Universitária Armando de Salles Oliveira (CUASO) conta hoje com seis sistemas fotovoltaicos que produzem energia elétrica: quatro deles associados ao Instituto de Energia e Ambiente (IEE-USP), um ao Biênio da Escola Politécnica (Pol-USP) e outro ao Hospital Universitário (HU). De acordo com Grimoni, o objetivo do novo plano é que 20% do consumo energético da USP seja produzido por energia própria fotovoltaica, mas há dificuldades para concretizá-lo. “Aqui em São Paulo, precisamos de um volume muito maior de geração própria para chegar nos 20%, devido ao tamanho do campus”, afirma.

O QUE PODE SER FEITO? Para Grimoni, a USP deve continuar com as ações de eficiência energética nos prédios, melhorar a infraestrutura da rede elétrica, investir na produção de energia própria e reduzir o consumo de combustíveis fósseis. O coordenador do PUERHE-USP também destaca a migração do campus para o mercado livre de energia, ambiente no qual grandes consumidores podem comprar energia de diferentes empresas por preços mais competitivos.

Energia solar produzida: **613,2 MWh**

Isso corresponde a apenas **1,28%** da energia consumida em todo o Campus



Custo energético: **R\$36 milhões**

universidades desempenham um papel fundamental na promoção de maior eficiência, tanto na geração de energia quanto em seu uso, através da pesquisa, capacitação, desenvolvimento de projetos pilotos e no estabelecimento de parcerias com empresas do setor público e privado. “A participação da USP é fundamental para direcionar políticas públicas e dar diretrizes para a criação de marcos regulatórios que garantam segurança na transição energética”, complementa o pesquisador.

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA “Quer dizer o processo de mudança de toda a cadeia de valores do setor energético mundial. É sair de uma matriz fóssil do ponto de vista global para uma matriz renovável, como as eólicas e solares”, conceitua Erik Rego,

professor da Escola Politécnica e coordenador do recém-inaugurado Energy Transition Innovation Center (ETIC). O novo centro é dedicado a pesquisas sobre a transição energética para uma economia de baixo carbono.

As mudanças climáticas responsáveis por causar eventos extremos mais frequentes, como as queimadas e enchentes vistas nos últimos meses, são os principais motivadores para a transição, já que 75% dos gases causadores do efeito estufa mundialmente vêm do setor energético. “É um esforço grande, que envolve tecnologias que ainda não estão em escala comercial, políticas regulatórias e capacitação de pessoas”, afirma Erik.

O coordenador do ETIC enfatiza que o papel da USP é, justamente, mostrar cientificamente as mudanças que estão acontecendo. “Se nada for feito, os problemas que estamos colhendo a curto prazo serão piores para a sociedade como um todo a médio e longo prazo”.

Projetos de expansão de usinas fotovoltaicas também estão sendo realizados em outros campus: USP Leste, São Carlos, Piracicaba, Pirassununga, Ribeirão Preto e Lorena. O programa USP Sustentabilidade prevê instalar mais células de energia fotovoltaica de mesma potência no campus USP da capital até janeiro de 2025. Segundo Julio Romel Martinez Bolaños, pesquisador do IEE, estudos mostram a viabilidade econômica da autoprodução de energia solar para atender 10% da demanda da CUASO utilizando apenas os telhados e estacionamentos das edificações já existentes.

Essa ação, de acordo com o coordenador da PUERHE, pode reduzir 30% dos gastos com energia elétrica, além de ser mais sustentável. “Como a USP vai comprar energia verde, ela vai reduzir muito as emissões de carbono da energia que chega até o Campus.” A USP e a Enel, distribuidora de energia elétrica na cidade de São Paulo, estão adequando a infraestrutura da subestação que recebe energia na Cidade Universitária para que ela possa entrar nesse mercado.

Bolaños, pesquisador do IEE, ressalta que a diversificação das fontes de energia é essencial em um contexto de mudanças climáticas: “Principalmente para reduzir a emissão de gases de efeito estufa e fornecer segurança energética ao mesmo tempo”, acrescenta. Ele defende que as



Sistemas fotovoltaicos do Instituto de Energia e Ambiente (IEE-USP)

Consumo total: **47.731 MWh**

▶ REPRESENTATIVIDADE

Presença feminina é insuficiente na ciência

Em homenagem à Marie Curie, pesquisadoras refletem sobre cenário das ciências exatas na USP

MARINA GIANNINI [REPORTAGEM]

No dia 7 de novembro é celebrado o aniversário de um dos maiores nomes da ciência: Marie Curie. Aos 36 anos, a cientista fez história ao se tornar a primeira mulher a receber um Prêmio Nobel e a primeira pessoa, dentre cinco, a recebê-lo duas vezes. O primeiro em Física, em 1903, por demonstrar a existência da radioatividade natural, e o segundo em Química, em 1911, pela descoberta dos elementos rádio e polônio. Mais de um século depois, a presença feminina nas ciências exatas parece avançar a passos lentos no meio universitário. Inspiradas pela trajetória de Curie, pesquisadoras da USP refletem sobre os desafios persistentes na luta pela equidade na pesquisa científica.

Na Escola Politécnica, as mulheres correspondem a apenas 20% dos estudantes de graduação, embora uma proporção maior continue na pós-graduação, chegando a 26%. A desigualdade é ainda mais acentuada no corpo docente, no qual apenas 13% são professoras. Liedi Bernucci, primeira mulher a assumir a direção da Poli, relatou ao JC a experiência enquanto diretora. “Durante minha gestão, busquei mostrar que as mulheres podem ocupar posições de liderança na engenharia. Precisamos abrir portas para que outras possam ingressar na área, não apenas representá-las”.

Na Física, o cenário também é dispar. Atualmente, as mulheres representam cerca de 29% dos alunos de graduação, enquanto os homens somam 71%. Elisabeth Yoshimura, professora titular no Instituto, relembra que ao ingressar, em 1972, havia poucas mulheres em sua turma. “Na época, quase não se falava sobre os desafios que as mulheres enfrentavam, mas os obstáculos estavam lá, muitas vezes de forma implícita”, reflete Elisabeth. Ela se especializou em dosimetria de radiação, área essencial para aplicações médicas, e contribuiu para avanços significativos em proteção radiológica.

No topo da carreira acadêmica, a situação se agrava. Edilaine Honorio da Silva, também professora no Instituto de Física, narra experiência semelhante, apesar de ter percebido uma melhora ao longo dos anos. “Mesmo



com equipes majoritariamente compostas por mulheres, a maioria dos grupos de pesquisa ainda é liderada por homens”, aponta. A docente ressalta que a ausência de mais referências femininas nas ciências exatas acaba desestimulando jovens a seguir nessa área, dificultando a mudança deste cenário.

SUB-REPRESENTAÇÃO

Embora o número de alunas em áreas de exatas ainda seja relativamente baixo, em campos como as ciências biológicas a participação feminina é expressiva. Isso revela uma tendência na qual as mulheres têm mais representatividade nas ciências naturais e biomédicas, mas enfrentam barreiras mais significativas em ciências exatas, como física, química, engenharia e matemática.

Em comparação a outros países, a USP tem uma longa trajetória pela frente. O Massachusetts Institute of Technology (MIT), por exemplo, tem 38% de participação feminina nos cursos de engenharia. Esse contraste ressalta os desafios culturais e estruturais que persistem no Brasil, onde as políticas de incentivo são muitas vezes insuficientes para garantir a equidade.

“As mulheres, no início da vida profissional, precisam enxergar aquela carreira como uma possibilidade. Para isso, elas precisam ter exemplos, e ainda não temos muitos”, observa Nadja Souza Pinto, professora

titular do Departamento de Bioquímica da USP. Liedi Bernucci reforça que a promoção da equidade de gênero na ciência deve começar antes da universidade. “É essencial incentivar meninas a considerarem a engenharia e outras ciências exatas como opções viáveis desde cedo”. Ambas destacam que aumentar a visibilidade de cientistas mulheres e promover ambientes mais acolhedores são passos fundamentais para romper as barreiras culturais vigentes.

No Laboratório de Genética Mitocondrial, do Instituto de Química, pesquisadores investigam os mecanismos de reparo do DNA mitocondrial, relacionado a doenças como o câncer e a neurodegeneração. A coordenadora do grupo ressalta que comentários que colocam em dúvida a competência de pesquisadoras, mesmo que de forma velada, não podem ser tolerados. “Comentários que fogem à pesquisa podem prejudicar a autoestima de mulheres enquanto cientistas”, pontua Nadja.

A sub-representação de mulheres negras nas ciências exatas agrava ainda mais o quadro de desigualdade. Embora o número de alunos negros na graduação venha crescendo, impulsionado principalmente pela política de cotas, essa realidade não se reflete no corpo docente. A desigualdade racial sobrepõe-se à de gênero. No Instituto de Física, por exemplo, os homens repre-

Professora Nadja lidera laboratório que desafia as estatísticas de gênero na ciência

sentam aproximadamente 78% do corpo docente e as mulheres, cerca de 22%. Contudo, apenas 5% de todos esses professores se autodeclararam pretos ou pardos, e nenhum como indígena.

Para combater essas barreiras, as pesquisadoras defendem a manutenção de cotas e outras medidas inclusivas. “Precisamos criar um ambiente onde todas as mulheres possam desenvolver suas carreiras sem terem que provar constantemente sua competência”, enfatiza Elisabeth.

LEGADO DE CURIE

A influência de Marie Curie vai além das descobertas científicas. Em 1903, ela se tornou a primeira mulher a obter um doutorado na Universidade de Paris e, pouco depois, a primeira professora da instituição. Impedida de discursar na Royal Institution de Londres por ser mulher, Curie persistiu em sua pesquisa inovadora sobre a radioatividade. Após a morte do marido, envolveu-se com Paul Langevin, um físico francês casado, o que a expôs a ataques públicos que buscavam desviar o foco de suas contribuições científicas para sua vida pessoal. Para as entrevistadas, ela é um exemplo de resiliência e dedicação à ciência, enfrentando a discriminação tanto como mulher quanto como estrangeira na França. “Marie Curie superou muitos preconceitos em nome de um ideal: entender a natureza”, reflete Edilaine.

Seja menos curioso sobre as pessoas e mais curioso sobre as ideias

Marie Curie

▶ CULTURA PRETA

Ocupar, permanecer e expressar: o Hip Hop na USP

Membros de coletivos culturais compartilham motivações e desafios para garantir presença de cultura preta na Universidade

MIRIÃ GAMA [REPORTAGEM]

Originário das comunidades afro-americanas dos Estados Unidos, o Hip Hop é um movimento de cultura popular que articula diversas expressões artísticas e é símbolo da cultura preta em todo o mundo. No Brasil, São Paulo sempre foi considerado um centro deste movimento e a Universidade de São Paulo, por conta das mudanças no perfil socioeconômico dos estudantes, se inseriu nesse cenário com grupos de dança, rap e pixo.

Para compreender melhor este cenário, o *Jornal do Campus* conversou com membros de coletivos culturais que atuam dentro da universidade com manifestações ligadas ao Hip Hop.

OCUPAR ESPAÇOS Em 2018, com o marco histórico do primeiro ano de cotas étnico-raciais na USP, alunos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais (FFLCH) perceberam a necessidade de um local de acolhimento para os alunos cotistas recém-chegados. Dessa intenção, nasceu o SLAM USPerifa, uma competição de poesia falada que se perpetua até hoje como um espaço de identificação e pertencimento.

Este tipo de manifestação cultural surgiu na década de 80 com o artista Marc Smith, que, em uma noite de recitais, teve a ideia de dar notas para poesias. Ele próprio batizou o formato de *Grand Slam Poetry* e rapidamente tornou-se popular em diversos países. Na capital paulista, o movimento possui uma base forte estabelecida com coletivos pioneiros como o ZAP!Slam (Zona Autônoma da Palavra) e o Slam da Guilhermina.

Vick Gebara, uma das atuais *slammasters* – mestre de cerimônia de um SLAM – do USPerifa e graduanda de Ciências Sociais na FFLCH, conta que a experiência de participar do coletivo ajudou em seu processo de autoconhecimento enquanto pessoa negra. O Slam também marcou a vida acadêmica da artista, que fez um projeto de iniciação cien-

tífica sobre a performance deste tipo específico de poesia.

Sobre a relevância do movimento, Vick relaciona o Slam com o conceito de ‘oralitura’ da pensadora Leda Maria Martins, que usa o termo para se referir aos saberes passados não apenas através da literatura tradicional, mas também por manifestações culturais. “Pra mim o Slam é presença, é corpo, é voz... é tudo isso e é muito significativo. E ele estar [presente] na USP é muito importante também. Como a gente diz no grito: Espaços negados agora ocupados”, comenta.

PERMANECER E RESISTIR Ocupar esses espaços, fisicamente, é um dos principais desafios para outros coletivos. Um exemplo disso foi a Batalha de Rima da USP (BDUSP), que surgiu no final de 2022, sendo organizada por artistas de comunidades vizinhas à Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH). Inicialmente, o evento era realizado fora dos portões da universidade.

Em 2023, com maior presença de alunos pretos, pardos e indígenas na USP, os organizadores da BDUSP conseguiram trazer a batalha para dentro da EACH. Bruno Santos, graduando de Gestão Ambiental e um dos fundadores do coletivo, conta em entrevista ao *JC* que o objetivo da ação era ajudar os alunos cotistas a superarem o desafio de concluírem suas graduações. “Nós entendemos que, para além de ingressar de fato, o desafio é permanecer”, explica.

Bruno também comenta sobre o desafio pessoal que passou ao entrar na USP em 2018. Como membro da primeira turma com cotas étnico-raciais em seu curso, ele relata ter sofrido um difícil processo de adaptação, no qual não se sentia pertencente ao espaço. “Para os colegas brancos, essa ideia de pertencimento deve ter sido quase imediata, na própria festa de recepção, mas para mim levou um tempo”.

A inserção da Batalha dentro do campus leste da USP foi conturbada. Após a realização

da primeira edição de fato na EACH, um processo administrativo foi movido contra Bruno pela direção da unidade. “Eles [diretoria] pensaram que a gente estava se reunindo ali para consumir drogas, beber e ouvir som alto”, explica e acrescenta que, apesar da edição ter ocorrido sem grandes problemas, a direção optou pela ação judicial, sob a acusação das ‘condições de realização’ da batalha.

Para o artista, o processo foi um choque muito impactante: “lutei muito para estar aqui e recebi um papel falando que poderia ser desligado da USP por organizar uma atividade cultural”. O episódio acabou resultando em uma advertência para o aluno e na formalização da BDUSP, que hoje é um projeto de extensão da EACH.

EXPRESSAR A ARTE Outros coletivos, no entanto, optam pela não formalização junto à universidade. É o caso do USPixo, coletivo cultural criado por alunos de Artes Visuais da Escola de Comunicações e Artes (ECA), que aplica oficinas de arte periférica em outras unidades e até mesmo fora do campus.

Angela Chieratto, ou ‘Negrita’, relata que o movimento de criação do grupo foi originado organicamente e que os poucos alunos do curso se uniram por identificação, para fazerem suas manifestações artísticas e ocuparem esse lugar de referência. “A gente queria abrir os olhos da galera, [mostrar] que nós existimos e que a nossa arte periférica é tão válida quanto a arte europeia que a gente estuda”.

Sobre sua experiência pessoal com o Hip Hop, Negrita conta como o movimento cultural foi decisivo para sua vida acadêmica: “eu saí da Letras porque me via muito mais como artista, e como artista de rua”. E, mesmo no curso de Artes Visuais, ela revela que o USPixo foi fundamental para fazê-la permanecer na graduação, uma vez que o espaço branco e elitista do curso a reprimiu muitas vezes.

Cartazes do EA foram retirados sem aviso prévio pela guarda universitária

“Sempre que eu via algo falando de cultura preta na USP era um branco ensinando”

Angela Chieratto, membro do USPixo



RESERVA DE VAGAS

USP

Pouca diversidade de cotas

Uma das últimas do Brasil a aceitar a reserva de vagas etno-raciais, a Universidade de São Paulo apresenta uma relutância histórica com a implementação de ações afirmativas novas e variadas



unesp

Pioneira estadual nas cotas raciais

O sistema da Universidade Estadual Paulista é semelhante ao da USP. Porém, a Unesp se destaca por ser a primeira estadual a aderir ao modelo de cotas etno-raciais, em 2013, que foi seguida pelas estaduais vizinhas.



1

USP atrás na corrida das cotas

Enquanto isso, outras instituições públicas avançam na discussão das políticas afirmativas

DIOGO SILVA E JOÃO CHAHAD [REPORTAGEM]

As cotas para pessoas trans incendiaram o debate universitário nos últimos meses. Em setembro, a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) anunciou que irá implementar as cotas trans para graduação e pós-graduação. Em outubro, foi a vez da Universidade de Brasília (UnB), pioneira nacional nas cotas raciais, tornar público como será o processo de efetivação da medida em seus cursos de graduação. Enquanto isso, a USP ainda não demonstrou acenos concretos para reavaliar o modelo atual de entrada na instituição, e novamente larga atrás na discussão desse e de outros temas.

A Lei de Cotas foi instituída pelo Governo Federal em 2012 e modificada ao longo dos anos. Anteriormente, a decisão da implementação era individual, e cada instituição avaliava as políticas afirmativas ideais. As universidades federais foram obrigadas a rever seus modelos de inclusão com a chegada da norma. A reserva de vagas para o ensino superior era limitada aos estudantes de escolas públicas, mas marcadores sociais de renda, raça, etnia e deficiência

foram adicionados ao longo dos anos. As instituições ainda têm autonomia para acrescentar medidas que complementam o regulamento nacional.

Porém, a lei não toca na decisão de instituições estaduais, como a USP e Unicamp. Isso fez com que a aplicação dessas medidas fosse descompassada em relação às universidades federais como a Unifesp e a Universidade Federal do ABC (UFABC). No entanto, a USP possui um histórico de resistência com a aplicação das políticas de cotas maior que as das duas estaduais locais.

LUTA POR EXISTIR

A Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) foi a primeira instituição a aderir às cotas trans na graduação, ainda em 2017. Em São Paulo, foi a UFABC, em 2019, a pioneira. Mesmo sob um regimento nacional, as federais ainda possuem autonomia para adicionar novas medidas nas políticas internas. Isso garantiu que a proposta fosse alcançada por 11 federais. A deputada Erika Hilton (PSOL) apresentou o PL 3109/23 para adicionar à lei a reserva de 5% das vagas para pessoas trans e travestis. O projeto ainda passará pela Câmara e pelo Senado.

Desde o ano passado, a Unicamp é a única estadual paulista a afirmar que integrará a medida para a admissão própria, como resposta à greve estudantil que durou vinte dias em outubro de 2023. O movimento conseguiu ainda cotas para Pessoas com Deficiência (PcDs), aprovada por unanimidade no final de setembro deste ano. A USP ainda não afirmou se irá aplicar alguma dessas medidas.

O DCE Livre da USP organizou, junto com a Coletiva Xica Manicongo, a caravana pelas cotas trans. Ekop Novis, estudante da Faculdade de Direito e parte da organização, afirma que a reivindicação “ainda tem uma grande resistência”, tanto pelo corpo discente quanto pela Universidade. Ela relata que conversou com o reitor Carlos Carlotti durante a greve do ano passado, mas “ele se negou, dizendo que não era o momento de discutir cotas trans”. Ekop ainda diz que a Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (PRIP) “parecia perdida, não sabia o que estava fazendo ou sem um plano de ação”.

A proposta da caravana, segundo Ekop, é “criar um caldo político para pressionar a Universidade e trazer a importância

de se movimentar agora”. A estudante de direito diz que o modelo ideal ainda não é consenso entre o movimento estudantil, mas que novas discussões estão agendadas. Em resposta, a USP afirma que criará “um grupo de trabalho para discutir o tema”.

Para Juliana Altino, no entanto, a luta na USP pela reserva de vagas para PcDs não passa pela mesma sorte. A fundadora do Coletivo Defiça Laureane Costa afirma que “enquanto não tiver cotas, fica mais difícil dizer que nós existimos”. Pessoas com Deficiência foram incluídas na Lei de Cotas em 2016, mas apenas uma das grandes estaduais em São Paulo aderiram ao modelo.

Juliana diz que a força popular seria um grande impacto nas conquistas dos grupos PcDs. “Durante a greve não era algo batido, a gente é invisibilizado dentro do próprio movimento estudantil. Se não tiver pressão da comunidade universitária, a gente não vai conseguir muita coisa”, afirma. Ela reforça que a falta de dados sobre Pessoas com Deficiência na Universidade contribui com a invisibilização desses indivíduos. “Sempre tem aquilo de diminuir essas pessoas e a quantidade delas. Tem muito

UNICAMP

Primeira a adotar o vestibular indígena

A Universidade de Campinas aprovou em 2017 as cotas étnico-raciais e a criação do vestibular específico indígena. Ano passado, como resposta à greve dos estudantes, aderiu às cotas trans e, no último setembro, a reserva de vagas para PcDs, até então, a única estadual paulista com essas modalidades



UNIFESP

Maior diversidade de cotas

A Universidade Federal de São Paulo segue a lei nacional, por isso já adere a uma gama de políticas afirmativas. Ela se destaca por ser a pioneira com as cotas raciais em São Paulo, em 2004. Como a lei não restringe adições à norma, a Unifesp aderiu às cotas trans em setembro deste ano



mais gente com deficiência aqui dentro [do que o registrado]". Perguntada sobre uma possível aplicação de cotas para PcDs, a USP preferiu não responder.

DEBATE ÉTNICO-RACIAL

As cotas raciais na USP têm pouco mais de 5 anos, e as mudanças já são visíveis. Das 10.743 vagas preenchidas no vestibular da Universidade de 2023, 5.954 foram destinadas para ingressantes que cumpriram o ensino médio exclusivamente em escolas públicas e autodeclarados pretos, pardos e indígenas (PPI). Segundo nota publicada pela instituição, do total destinado à política de ações afirmativas, 2.965 eram estudantes PPI, o que corresponde a 27,6% da reserva de vagas.

Perguntada sobre a demora na adesão ao sistema de cotas, a USP afirmou que, anterior à reserva de vagas, o vestibular garantia um adicional de pontos aos estudantes na primeira fase desde 2006, o Inlusp. A então colaboradora do Núcleo de Consciência Negra, Maria Menezes, afirmou ao **JC** em 2014 que o modelo "apresentou um desempenho bem aquém do esperado".

No começo desse ano, Alison Rodrigues foi aprovado em

Medicina, mas teve a validação de sua matrícula indeferida pela banca de heteroidentificação por "não possuir conjunto de traços fenotípicos apto a defini-lo como preto ou pardo". A avaliação resultou em uma ação contra a Universidade, encerrada em setembro com vitória do estudante, que continuará no curso. A banca foi criada em 2022 para evitar possíveis fraudes, passando por uma série de alterações.

Para Giovani Paiva, participante do Levante Indígena da USP, o sistema atual merece uma reavaliação. "O Anuário estatístico da USP demonstra que, após a implementação das cotas PPI, o acesso indígena diminuiu, pois passamos a concorrer com pretos e pardos, sem reserva de vagas [específicas]". Fundado em 2016, o movimento foi criado com a política de cotas como pauta central, por meio da criação de um vestibular indígena. Unicamp e Universidade Federal de São Carlos já aderem a esta forma de ingresso desde 2018, e hoje, "ostentam um grande número de estudantes indígenas em várias áreas", como completa Matheus Median, também do coletivo. Questionada pelo **JC**, a USP reafirmou a reserva de va-

gas para pessoas indígenas pelo sistema PPI, mas não citou nenhuma pesquisa sobre a aplicação de um vestibular exclusivo para pessoas indígenas.

RESISTÊNCIA

O professor da Escola de Comunicações e Artes, Dennis de Oliveira, foi aluno de graduação da USP na década de 1980, e comenta como viu a Universidade mudar de rosto. "Na minha turma de Comunicação Social, dos 85 alunos, apenas três ou quatro vieram de escola pública e apenas dois eram negros". Ele complementa que a universidade sequer era pensada para esses alunos, "o período noturno quase não funcionava nada, o circular era muito ruim, assim como as demais linhas, e não havia metrô próximo".

A luta para a conquista das cotas raciais na USP vem de décadas. Segundo Dennis, no final dos anos 90, coletivos negros já levantavam essa bandeira. "[2013] era o auge dessa luta, já que as cotas nas federais foram implementadas no ano anterior". A partir daí, deu-se início a um intenso trabalho dos coletivos negros. "Eu, junto com outros colegas professores negros, participei de diversos

debates com diretores, professores, alunos e funcionários da USP. Foi bem difícil, ouvi desde a retomada de pensamentos eugenistas, à defesa de uma meritocracia vazia e até [a defesa da inação] por ser uma universidade de excelência para as elites".

Segundo dados de 2023 do Censo da Educação Superior, 51% dos alunos cotistas concluíram o curso, enquanto a conclusão entre não cotistas foi de 41%. Entre quem utiliza o Fies, a conclusão da graduação foi 49%, ante 34% dos que não utilizam. Já em relação ao Prouni, o índice foi de 58%, contra 36% entre estudantes que não têm o suporte.

Ekop Novis afirma que "qualquer mudança estrutural na composição da universidade vai ser recebida com muita resistência, pois é um lugar que foi criado para afastar essas pessoas". No final de 2023, com a revisão da Lei de Cotas, pessoas quilombolas foram adicionadas ao sistema federal, algo que ainda não foi implementado por nenhuma universidade estadual. Surge então uma nova oportunidade para a USP ganhar posições na corrida pelas cotas entre as principais instituições do estado.

MOVIMENTO DE TRABALHADORES

Memórias de um sindicato

Membros da velha guarda do Sintusp relembram sua história

DIEGO FACUNDINI [REPORTAGEM]

No coração da Escola de Comunicações e Artes (ECA), atrás do prédio da nova reitoria, algumas colunas e um teto formam o esqueleto de uma velha estrutura, poluída de materiais de construção diversos e pela poeira de paredes arruinadas. Ao vê-la hoje, espiando por cima dos barreiras que cercam o espaço em obra, é difícil imaginar que ali, por décadas, ergueu-se o epicentro da luta trabalhista na Universidade: a primeira sede do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp).

Construído em 1969, o local abrigou a organização por quase 50 anos, desde antes de ela ser, oficialmente, um sindicato. Em 2016 teve que ser desocupado, quando um ofício com ordem de despejo emitido pela Reitoria iniciou uma batalha de quase um ano entre os trabalhadores e a administração da Universidade. “Lá era um lugar bem mais central. Chegava o horário do almoço, ficava cheio de funcionário, e iam para lá pra conversar ou para procurar o sindicato mesmo” conta Magno de Carvalho, figura de longa data do Sintusp, em conversa com o JC na nova sede. É um discreto prédio térreo nos fundos do campus Butantã, conquistado apenas após muitas mobilizações e com o envolvimento do Ministério Público do Trabalho (MPT).

À época, o evento foi visto como um ataque direto ao movimento sindical na USP. Ecoava a declaração do então reitor, Marco Antonio Zago, em entrevista à Revista Veja em 2014: “é preciso abandonar a dinâmica de sindicalismo na vida universitária”. Segundo Carvalho, “a proposta dele [o reitor] não era vir pra cá, era tirar o sindicato da Universidade”. O episódio é apenas um de vários vividos pela organização que, em 28 de outubro, dia do Servidor Público, completou 36 anos, com uma história que, na verdade, começou há ainda mais tempo.

A ASUSP

Fundada em 1964, a Associação de Servidores da USP (Asusp) foi a primeira a ocupar o prédio na prainha da ECA. Nos primórdios, a entidade não tinha caráter sindicalista. Era a Ditadura Militar, e, desde 1937, servidores públicos eram proi-

bidos por lei de organizarem-se em sindicatos. Na prática, a Associação tinha algumas poucas funções, dentre elas, um sistema de empréstimos a sócios e um precário serviço odontológico.

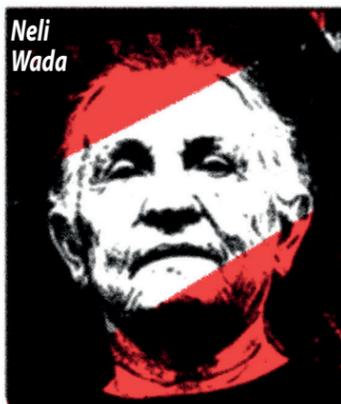
Magno de Carvalho, ex-dirigente do sindicato e aposentado, começou a trabalhar na ECA como técnico e cinematografista em 1977, ingressando na militância pouco depois; ele conta que o então presidente da Asusp, quando indagado sobre convocação de uma assembleia para discutir um reajuste nos salários, reagiu de maneira adversa: “começou a gritar dizendo que assembleia era coisa de comunista e que era uma coisa absurda o trabalhador querer discutir o próprio salário, quem tem que discutir o salário é o governo”.

Nesse contexto, um movimento de oposição começou então a surgir na clandestinidade e ganhar espaço na Associação. Carvalho conta que “meia dúzia de pessoas” se juntavam em reuniões durante o horário do almoço sob uma árvore no estacionamento da História, discretas de forma a não chamar a atenção dos órgãos de repressão.

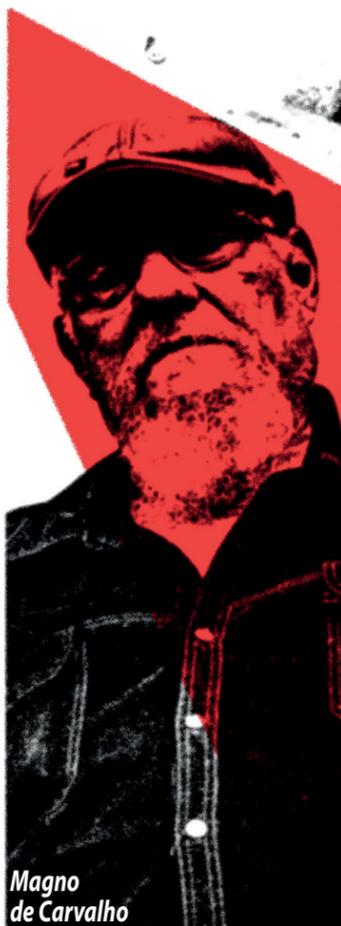
Conseguiram um mimeógrafo e logo começaram a distribuição de boletins. “Até na reitoria, a gente ia até o último andar, jogava os papezinhos debaixo da porta, chutava com o pé e saía correndo. E de manhã muito cedo”, conta. “Uma dificuldade enorme porque a gente não podia ser pego distribuindo boletim. Era preso, e podia ser torturado”.

Nos boletins, constava uma proposta de reajuste salarial de 70%, para cobrir a inflação galopante da época, mais um acréscimo de CR\$ 2.000, considerável para as pessoas no piso salarial da Universidade – em março de 1979, o gasto mensal da Cesta Básica era de CR\$ 1.107,51. A ideia era diminuir a disparidade salarial, “não achatando o de cima pra baixo, mas empurrando o de baixo pra cima”.

A movimentação conseguiu organizar assembleias expressivas e desembocou em uma greve, inserida no contexto do movimento de funcionários públicos de 1979. No final, o governador Paulo Maluf, que geria os salários univer-



Claudionor Brandão



Magno de Carvalho

sitários na época, aceitou acatar metade do pedido: não haveria o reajuste percentual, apenas o fixo.

A vitória da greve obrigou uma nova eleição na Asusp. A oposição ganhou o pleito, extinguiu o sistema de empréstimos e conferiu à organização um caráter sindical e classista: “Temos que lutar contra o corporativismo”, diz Carvalho. “Sempre defendemos que temos que unir a classe [trabalhadora]”.

O SINTUSP

“A função permanente do sindicato é a assistência e defesa dos funcionários que sofrem perseguição, injustiça e têm seus direitos negados ou espezinados pelos chefes. Todo ano temos que negociar e renegociar o chamado Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) que estabelece alguns direitos que não estão previstos em lei”. A fala é de Claudionor Brandão, outra importante liderança da história do sindicato.

Brandão foi contratado como supervisor de seção na área de manutenção de refrigeração e ar-condicionado em 1987, e começou a ganhar relevância na militância no ano seguinte, durante a greve da Unidade de Referência de Preços, outra mobilização geral do funcionalismo, que reivindicava reajuste salarial em meio à hiperinflação. “Aí eu descobri que era um agitador chato”, brinca. “Acabei, apesar do cargo, assumindo uma condição de direção da greve na Prefeitura do Campus”.

Entrou em um momento chave: pouco depois, a constituição de 1988 seria promulgada, garantindo o direito de sindicalização e greve a servidores públicos, e, no mesmo mês, a Asusp se transformaria em Sintusp. Carvalho conta: “Sabíamos que ia sair [o direito à sindicalização] e portanto nós estávamos com tudo prontinho, tanto que o primeiro sindicato de servidores públicos do Brasil a transformar associação em sindicato foi o nosso”.

Para quem já leu qualquer boletim recente do Sintusp, o nome de Brandão não é estranho; no rodapé de todos lê-se “Reintegração de Brandão e retirada dos processos!”. Ele é descrito pelo sindicato como demitido político, expulso em 2008 após uma série de processos que, conta, “contiveram pelo menos cinco irregularidades”. Hoje, está em último recurso, recebe do sindicato o equivalente ao que seria seu salário e diz que, “na verdade, eu perdi um pouco a ilusão com isso”.

Sua reintegração foi uma das pautas da greve de 2009, que teve, entre suas maiores reivindicações, a manutenção dos empregos de funcionários da USP que ocupavam vagas irregulares criadas pela reitoria. A greve garantiu que 5.214 cargos fossem regularizados sem a necessidade da prestação de um novo concurso público.

Foi uma das paralisações mais importantes de uma década de lutas que teve, no primeiro ano, uma greve que uniu funcionários, estudantes e professores contra um projeto de lei que implementava a cobrança de mensalidade. Foi aí, em 2000, que Neli Wada, hoje uma das lideranças mais proeminentes do sindicato, começou a militar, defendendo a universidade “pública, gratuita e de qualidade”.

Wada ingressou na USP há 40 anos como assistente social no Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru (HRAC). Na greve de 2014, ela esteve na linha de frente contra o projeto de desvinculação do Hospital Universitário (HU) e do HRAC, feito na administração Zago. Segundo ela, o projeto foi discutido “sem a participação da comunidade dos dois hospitais”. A greve conseguiu manter o HU, mas não o hospital de Bauru, que hoje é administrado pela Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência (FAEPA), de caráter privado.

O SINDICALISMO

O prognóstico para o movimento sindical no Brasil também não é favorável – na realidade, é uma queda vertiginosa. Em 2023, segundo o IBGE, os trabalhadores sindicalizados atingiram o menor número desde 2012 – 8,4% dos mais de 100 milhões de ocupados – em meio a um cenário nacional de precarização do trabalho.

Para o Sintusp, não é diferente. O avanço da terceirização na Universidade e as perdas de funcionários pelos Programas de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDVs) tem causado redução drástica nos quadros sindicais.

Hoje, o sindicato tem pouco mais de dois mil sócios – perdeu quase metade da composição. Para sobreviver financeiramente, o Sintusp aprovou neste ano a Contribuição Negocial, uma taxa de 1% a ser cobrada dos salários de outubro e novembro de 2024 e março e abril de 2025 de não-sócios da USP, e que pode ser contestada.

Para Carvalho, a principal razão para a crise são as mudanças nas relações de trabalho e o aumento da informalidade. “A minha maior luta hoje é para convencer os meus companheiros sindicais que nós temos que nos juntar com essa juventude, com essa turma que está alijada do emprego”.

Brandão opina: “o futuro dos sindicatos está por vir. Sem um ascenso operário, a tendência é eles continuarem cada vez mais desacreditados. Uma ferramenta de luta em um período em que não tem luta não serve para nada. No momento em que a razão de sua existência se apresenta, aí ele pode voltar a cumprir papel determinante”.

“Estamos meio parados”, Wada diz, “mas não por falta de coragem”.

▶ UM ANO APÓS A GREVE

Promessa de contratação de docentes mais diversa é iniciada tardiamente

Primeiro processo de contratação de professores com cotas é aberto na Biologia

PEDRO MORANI [REPORTAGEM]

Um ano após o fim da greve discente de 2023, o Instituto de Biologia (IB) abriu o primeiro processo de contratação de docentes com reserva de vagas para pessoas Pretas, Pardas e Indígenas (PPI), na área de Ecologia. O concurso, que ainda está em processo, oferece três vagas, sendo uma delas reservada para o grupo. A possibilidade de ter um professor não-branco foi celebrada pelos alunos, em um espaço historicamente pouco diverso.

Como parte da negociação do fim da greve, o movimento estudantil reivindicou a admissão de 1.027 professores até o semestre seguinte, o primeiro do ano de 2024. Essa leva de cadeiras seria necessária para repor a quantidade de baixas desde 2014, e não são, efetivamente, novas contratações.

Em nota ao JC, a assessoria de imprensa da USP afirmou que a Reitoria “autorizou a distribuição de 879 cargos para contratação em caráter permanente e 148 temporários para todas as Unidades de Ensino e Pesquisa da Uni-

versidade. O processo de contratação é realizado pelas próprias Unidades, que dispõem de dados sobre esses processos”.

É recorrente no IB a demora no preenchimento de vagas após a saída ou aposentadoria de docentes. De acordo com Matheus, graduando em biologia, disciplinas do núcleo avançado deixaram de ser oferecidas pela falta de professores. “Desde a greve, sei da contratação de somente um docente, acredito que seja abaixo do prometido”, afirma.

Na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design (FAU), assim como em demais unidades, a situação não é muito diferente. “Nós temos professores muito antigos, e quando eles acabam se aposentando ficamos sem substitutos”, explica Gabriela Vitória, graduanda de Arquitetura.

Durante a greve, embora a principal reivindicação dos alunos fosse a contratação de docentes, também foi negociada a integração de cotas no processo de seleção de professores. Com a negociação do fim da greve, a reitoria aceitou acatar a deman-

“Se for para contar a nossa história, tudo bem, vão contar. Mas não vai ser uma pessoa negra falando”

Marcelly Soares, estudante da FAU

da estudantil, porém, apenas em concursos que incluíssem mais de duas vagas, caso raro entre os concursos para docente da USP, que majoritariamente contam com apenas uma vaga.

Atualmente, a FAU tem apenas dois professores negros em seu quadro de docência, composto por mais de 120 professores, ambos contratados após o fim da greve. “Para eles, não cabem pessoas negras naquele espaço”, relata a estudante de arquitetura Marcelly Soares.

Hoje, estão em curso nove editais de diferentes categorias para docência na FAU. Embora a contratação de professores tenha aumentado desde o fim das mobilizações, conforme prometido, nenhum desses processos possui reserva de vaga PPI. “É reconfortante saber que as novas gerações de ingressantes vão ter a oportunidade de se sentirem mais confortáveis e não vão passar pelas coisas que passamos. Mas, o quadro ainda precisa melhorar, precisamos de mais docentes, e, principalmente, mais docentes negros”, conclui Marcelly.

Creche na EACH ainda é sonho distante

Concessão para o fim da greve não saiu do papel; nenhum órgão tem respostas concretas

PEDRO MORANI [REPORTAGEM]

Demandada por alunas e funcionárias mães, a construção de uma creche na Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) foi uma das principais promessas feitas pela reitoria após as negociações que acabaram com a greve estudantil de 2023. Um ano após o seu fim em outubro, ainda há qual-quer sinal de início.

Durante a paralisação estudantil de 2023, a EACH teve uma participação importante, protagonizando atos e participando diretamente das negociações. Até mesmo antes da principal greve em setembro/outubro, no primeiro semestre do ano, a Escola presenciou um movimento de ocupação do Campus pelos estudantes, sem a participação de outras unidades. Já durante as negociações de outubro, a mesa

de representantes discentes era formada por três *eachianos*, número robusto considerando que a mesa era composta por apenas 11 estudantes. Uma das concessões encabeçada por esse grupo foi a promessa de construção de uma creche no campus USP Leste, que atenderia a comunidade discente e de funcionários.

“A construção da exigência passou por um processo de consulta pública, revisão do plano diretor do campus, visando entender a possibilidade de construção da creche e de outros espaços de permanência para mães da unidade”, explica Julio Cesar, estudante de Gestão de Políticas Públicas e Coordenador-Geral do DCE Livre da USP.

A assessoria de Imprensa USP, questionada sobre o andamento do projeto, disse não ter informações específicas sobre o

assunto, indicando que a administração da EACH teria mais informações. Procurada, a assessoria de comunicação da Escola também não respondeu concretamente à reportagem. Até o fechamento desta edição, nenhuma das duas assessorias responderam a demais perguntas.

A creche tornou-se uma demanda devido à localização da EACH, longe das demais unidades da USP, em um bairro da com carência de equipamentos do serviço público. Hoje, já existem creches similares em diversos Campi da USP, como no Butantã, no Hospital das Clínicas, em São Carlos e em Ribeirão Preto. Apesar de nem sempre apresentarem vagas suficientes (p.12), esses espaços administrados pela Universidade são essenciais para centenas de funcionários, alunos e professores.

Entre os alunos houve uma grande mobilização e entusiasmo pela abertura do espaço. Mesmo sendo inicialmente considerada uma conquista da greve, ela ainda precisa ser efetivada. “Existe, por parte da diretoria da EACH, uma resistência para a abertura da creche, alegando que ela não vai ser usada. Mas temos relatos de estudantes, servidores e, principalmente, de trabalhadoras terceirizadas de que a escola faria muita diferença no dia a dia”, completa Julio.

Atualmente, não existe movimento de início das obras. “Ainda estão apurando a necessidade de construção da creche e a Diretoria alega que não teria como gerir o espaço”, conclui o estudante. Não há qualquer indicação do início das obras, e nem mesmo foi estabelecido um prazo para a finalização do projeto.



PARENTALIDADE



Pais e mães estudantes têm rede de apoio fraca

Alunos ainda encontram dificuldades para acessar os institutos de assistência que a Universidade fornece às crianças

GABRIEL CARVALHO [REPORTAGEM]

Em julho deste ano, foi sancionada a Lei Federal Nº 14.925, que, entre outros direitos, permite a prorrogação dos prazos de conclusão de curso superior em até 180 dias, por força de parto, de nascimento de filho ou de adoção. Segundo a decisão, as instituições devem “assegurar a continuidade do atendimento educacional e efetuar os devidos ajustes administrativos” para estudantes e pesquisadores de graduação e pós-graduação. Até então, a Lei Nº 13.536, de 2017, só previa a prorrogação de bolsas de estudo e pesquisa, mas não definia regras para o afastamento temporário de estudantes em virtude de gestação.

Gláucia Barreto é estudante de Design pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design (FAU) da USP, e em 2022 descobriu estar grávida. Como o curso de design não era sua primeira graduação, ela pôde priorizar o filho. “Para mim, a graduação é um sonho, mas não uma prioridade. Desde o começo, meu foco se virou para atender as necessidades dele”.

A mãe diz sentir falta de uma rede de apoio institucional. “Parece que eles [a Universidade] têm medo de dar esse apoio por achar que isso incentiva algo”. Ela também aponta a falta de recursos básicos, como fraldário, em muitos dos institutos da Cidade Universitária. O Instituto

de Geociências, onde ela fez sua primeira graduação, só passou a ter um a partir de ações das próprias estudantes.

Gláucia considera tentar uma vaga na Escola de Aplicação (EA) – órgão da Faculdade de Educação da USP que oferece vagas para alunos do ensino fundamental e médio – e diz querer que o filho estude nas creches da Universidade, por serem institutos de referência, mas que o processo para conseguir uma vaga é difícil. “As vagas são muito poucas. Eu estou esperando sair esse novo edital para tentar fazer a matrícula”, conta.

A Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (PRIP) oferece aos filhos dos funcionários, docentes e estudantes da universidade, vagas em quatro creches e pré-escolas – duas delas na capital paulista, e as outras duas nos campi de São Carlos e Ribeirão Preto – que atendem crianças até os cinco anos de idade.

As inscrições para vaga, porém, só são abertas entre setembro e outubro, com ingresso apenas no ano seguinte. O período é significativamente anterior à divulgação de resultados das várias formas de ingresso na USP, que costuma acontecer em janeiro, o que faz com que ingressantes precisem aguardar quase um ano inteiro para que seus filhos comecem as aulas.

Na Escola de Aplicação, são abertas 60 vagas por ano, sorteadas em três categorias na

seguinte ordem: as 20 primeiras são destinadas aos filhos de professores e funcionários da Faculdade de Educação da USP, as próximas 20 para filhos de professores e funcionários dos demais institutos, e as restantes para a comunidade externa. As vagas que não forem preenchidas por uma categoria, são fornecidas para a seguinte.

A professora Vivian Batista, diretora da EA, disse ao *Jornal do Campus* que a criação de uma política de ingresso específica para filhos de estudantes da universidade já foi debatida pelo conselho escolar, mas que ficou decidido que a atual distribuição de vagas era suficiente para suprir a finalidade da Escola.

TRANCAMENTO “Eu procurei um jeito de não trancar o curso. Tentei ver se a FAU tinha algum tipo de licença maternidade, e não me deram essa informação”. O Serviço de Graduação da faculdade disse, em resposta à solicitação de Gláucia, que o afastamento para alunas não estava previsto na legislação, e o que poderia ser feito era “um acordo, que não é obrigatório nem oficial”, diretamente com cada um dos docentes.

“O primeiro semestre da criança exige muito de você, não tinha como conciliar a gestação, trabalho e ainda ir atrás de cada um dos meus professores para algo que nem seria oficial”, conta a estudante. Gláucia trancou

o curso no segundo semestre de 2022, e só retornou à graduação dois anos depois, em 2024.

O trancamento de matrícula implica diretamente na perda do vínculo entre o estudante e a Universidade, o que acarreta uma série de impossibilidades acerca do fornecimento de bolsas e vagas nas creches.

Segundo o regulamento da PRIP para o Programa de Apoio à Permanência e Formação Estudantil (PAPFE), estudantes que estejam com a matrícula trancada, independente do motivo, não têm direito ao auxílio. O edital de vagas das Creches Central e da Saúde, e dos campi de Ribeirão Preto e São Carlos, também da PRIP, exigem a comprovação de vínculo com a USP para a inscrição nas vagas.

A lei trabalhista no Brasil garante uma licença remunerada de até 180 dias, com garantia de continuidade no emprego. A lei de estágio, (Lei Nº 11.788 de 2008), porém, dita que, uma vez que essa modalidade não configura vínculo empregatício, as mães e gestantes que estejam em regime de estágio não serão abrangidas pelo direito.

Até o fechamento desta edição, a Pró-Reitoria de Graduação (PRG) da USP – órgão responsável pela gerência dos contratos de estágio – não respondeu aos questionamentos enviados pelo *Jornal do Campus* sobre as políticas de apoio da Universidade às mães e pais estudantes.

“Parece que eles [a Universidade] têm medo de dar esse apoio por achar que isso incentiva algo”

Gláucia Barreto, estudante da FAU

▶ INFÂNCIA NO CAMPUS

“Meu filho é filho da USP”

Funcionária conta com apoio da comunidade para equilibrar trabalho e maternidade

ALICIA MATSUDA [REPORTAGEM]

Marta Stephan é técnica de laboratório no Instituto Oceanográfico (IO) e também uma das mães da Escola de Aplicação (EA), que divide a rotina na Universidade entre trabalho e maternidade. A laboratorista está na USP desde o estágio, realizado no Instituto de Biociências (IB) nos anos 80. Com o nascimento de seu filho Igor, em 2012, a relação de Marta com a Cidade Universitária deixou de ser apenas profissional: “Meu filho é filho da USP, porque ele nasceu no Hospital das Clínicas, depois nós conseguimos a Creche e, em seguida, a Escola de Aplicação, e todas as atividades dele são aqui”.

A cada ano, das 60 vagas abertas para a Escola de Aplicação (EA), 20 são reservadas para filhos de funcionários da USP, que podem ali concluir até o Ensino Médio. Ao longo da década presentes na EA, essas crianças perpassam o mundo universitário que as rodeia. Afinal, almoçam no Bandeirão Central, se exercitam no Centro de Práticas Esportivas (CEPE) e frequentam institutos como a Escola de Educação Física e Esporte (EEFE), a Faculdade de Educação (FE) e o Instituto de Matemática e Estatística (IME). Ao *Jornal do Campus*, Marta relata: “a nossa rotina é isso: natação na EEFE, xadrez no IME, capoeira no CEPE, aulas de inglês na FE... Se não fosse isso, eu não iria conseguir, não iria dar para aguentar”.

O impacto do filho no ambiente de trabalho iniciou quando Marta saiu das embarcações da Oceanografia, onde ela passava semanas a bordo, entre as bases de pesquisa e o alto mar. “São 34 anos que trabalho na USP e, por 21, não fiz nada por mim. Aproveitei pouco, não dei continuidade a curso nenhum”, diz a laboratorista, que agora já se aventurou nas aulas de ioga oferecidas no CEPE. A convivência no campus também estreita a proximidade entre mãe e filho: “Eu não quero perder nada do crescimento dele, porque eu tenho 61 anos, tive ele já idosa”.

A rotina destes filhos da USP dentro do campus depende das comunidades de mães, sejam funcionárias ou esposas de funcionários, que cooperam no que

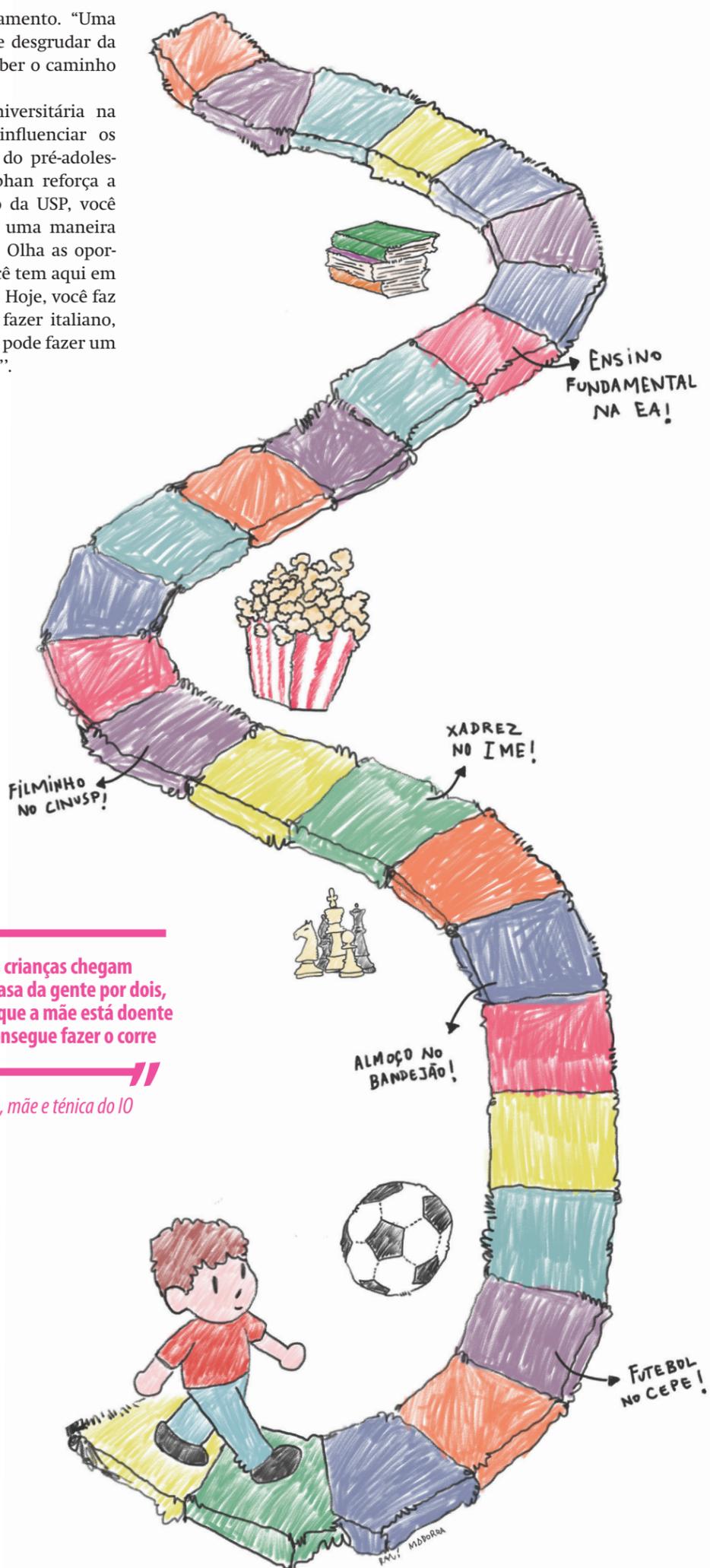
Marta diz ser “uma total rede de apoio”. A laboratorista relembra a parceria de quando passou por uma série de tratamentos, em decorrência de câncer na tireoide, mioma e linfoma cutâneo de células T. “Meus médicos eram todos na parte da tarde, então esse grupo de apoio das mães me ajudou. Muitas vezes, crianças chegam a dormir na casa da gente por dois, três dias, porque a mãe está doente e o pai não consegue fazer o corre. Não só elas me ajudam, como eu ajudo elas também, porque senão, iria ser impossível”, relata.

CRIANÇAS NA USP Somadas, as turmas da EA não chegam a 1% dos estudantes da USP. Minoria, estas crianças se adaptam a estruturas pensadas para gente grande. Nos encontros semanais de xadrez e de capoeira, por exemplo, Igor joga com adultos, sendo ele a exceção aberta pelos instrutores. Ainda que proveitoso, ele sente falta de crianças no seu dia a dia. “A criação familiar dele foi com adultos, então essa convivência não é difícil. Mas ele manifesta ficar meio encabulado, meio quieto, porque adultos são mais sérios. Sem a brincadeira, não é a mesma coisa que fazer capoeira com uma criança da sua idade.” A laboratorista destaca ainda que, em meio aos graduandos, pós-graduandos e docentes, Igor entra em contato com tópicos menos latentes fora da USP, como discussões sobre gênero e política. “Aqui há a possibilidade de mostrar para o teu filho a diversidade de escolhas, pensamentos e culturas. Eu tenho que explicar tudo para ele e nunca tive papas na língua”.

“Estar aqui me trouxe recurso para poder dar uma educação variada para o meu filho, em termos de esporte, línguas, cultura”, afirma Marta, que destaca as idas da turma ao CINUSP. “Eu vou liberar tudo que o Igor puder fazer aqui, porque é conhecimento”. Transitar em grupos pela Cidade Universitária promove a autonomia dessas crianças, que se preparam em um ambiente controlado para a vida além destes muros. Preocupadas com as questões de segurança no campus, as mães monitoram os filhos com tags de localização, telefonemas frequentes e apli-

cativos de rastreamento. “Uma hora eles têm que desgrudar da saia da gente e saber o caminho para o bandeirão”.

A imersão universitária na infância parece influenciar os planos de futuro do pré-adolescente. Marta Stephan reforça a ele: “Você é filho da USP, você trate de arrumar uma maneira de entrar na USP. Olha as oportunidades que você tem aqui em tudo o que quiser. Hoje, você faz inglês, mas pode fazer italiano, árabe, russo. Você pode fazer um mundo disso aqui”.



“Muitas vezes, crianças chegam a dormir na casa da gente por dois, três dias, porque a mãe está doente e o pai não consegue fazer o corre”

Marta Sthepan, mãe e técnica do IO

▶ LENDAS URBANAS

QUE HISTÓRIA É ESSA, USP?

Contos passados por gerações de uspianos ajudam a escrever a história da Universidade

RENAN AFFONSO [REPORTAGEM]

De curso secreto que ninguém consegue comprovar a existência até ex-alunos jubilados transformados em cães perdidos pelo Campus, histórias e lendas urbanas circulam por todos os cantos da Universidade de São Paulo e fazem parte de seu cotidiano.

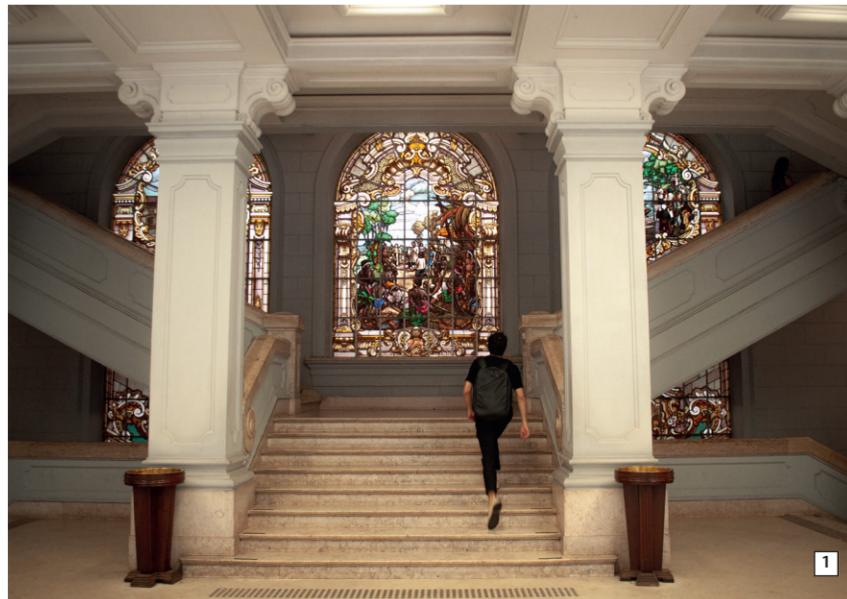
Em 2022, viralizou nas redes sociais um meme com o título de “Iceberg da USP”, no qual a figura de um iceberg foi dividida em camadas de lendas e histórias da Universidade. Algumas delas fazem referência a personalidades das artes e da política, como os nomes de professores da Universidade eleitos para cargos políticos. E outras, referências mais nichadas e internas, como uma possível bomba atômica produzida no IPEN ou encontros secretos no Largo de São Francisco.

SOCIEDADE SECRETA Localizado no centro da cidade, o prédio histórico da Faculdade de Direito da USP, conhecida como Sanfran, é cenário de uma variedade de lendas que percorrem toda a história centenária da instituição. Grande parte destas estão ligadas à morte de Julius Frank, antigo professor influente que teve o corpo enterrado em um dos pátios internos da faculdade.

A aluna do segundo ano de direito, Isabella Perazza, conta: “existe a história da sociedade secreta da chave, em que professores e alunos selecionados marcavam encontros dentro da Sanfran distribuindo as chaves de uma das salas de aula”. A aluna se refere à *Burschenschaft Paulista* – popularmente conhecida como *Bucha* – uma sociedade fundada pelo professor Frank em meados de 1830.

As lendas que circulam sobre a sociedade de Frank e sua morte, fazem os franciscanos acreditarem em superstições que tornam o falecido professor uma espécie de amuleto para boas notas. “Os alunos do ensino médio vêm visitar a Sanfran e passam a mão nas corujas do túmulo para terem um bom desempenho no vestibular”, explicou Christian Alonso, graduando da faculdade.

OS CURSOS SECRETOS Esse universo oculto da USP também existe na Cidade Universitária, no bairro do Butantã, e a criatividade dos estudantes resultou na pro-



Escadarias do prédio histórico da Faculdade de Direito da USP

pagação da ideia de que cursos secretos são ministrados.

O primeiro deles é o curso de Ciências Moleculares, que apesar de realmente existir e não ser secreto, é desconhecido e causa estranhamento em alunos por não ser oferecido como opção de ingresso no vestibular. Sediado no InovaUSP, Centro de Inovações da Universidade, o curso possui um processo seletivo particular, que seleciona estudantes regulares dos cursos de graduação das diferentes unidades da USP no final do primeiro semestre de cada ano para ingressar.

Em uma outra circunstância, circulou o boato de que um curso de “marxismo aplicado a yoga em linguagem de sinais” começaria a ser lecionado na última década. A Universidade rapidamente negou a existência do programa na época em que a informação surgiu.

APENAS HISTÓRIAS Para além de mitos e histórias fantasiosas, alguns casos reais são espalhados em meio a boatos no dia a dia dos campi. Esse é o caso da Escola de Artes Ciências e Humanidades (EACH), que foi construída em cima de um terreno anteriormente utilizado para descarte de resíduos da cidade – situação que contaminou seu solo com gases tóxicos.

Isabella Queiroz, aluna do curso de Gestão Ambiental da EACH, explica que é comum escutar boatos, não oficiais, sobre o perigo de andar pelos espaços do campus Leste da USP. Já nos primeiros dias de aula, os alunos veteranos repercutem essa história e alertam sobre a segurança no campus. “A gente sempre comenta, em tom de brincadeira,

que podemos passar mal lá dentro”. As lendas urbanas existem e circulam a partir de uma série de mecanismos da comunicação humana e operam com uma estrutura narrativa, que encontra um solo comum nos imaginários sociais compartilhados entre as pessoas. É o que afirma Rosana de Lima Soares, docente da Escola de Comunicações e Artes da USP. “Assim como os contos de fada, as lendas são narradas de maneira ficcional, mobilizando emoções como o medo, mas a partir de elementos que são dados da realidade”, explica.

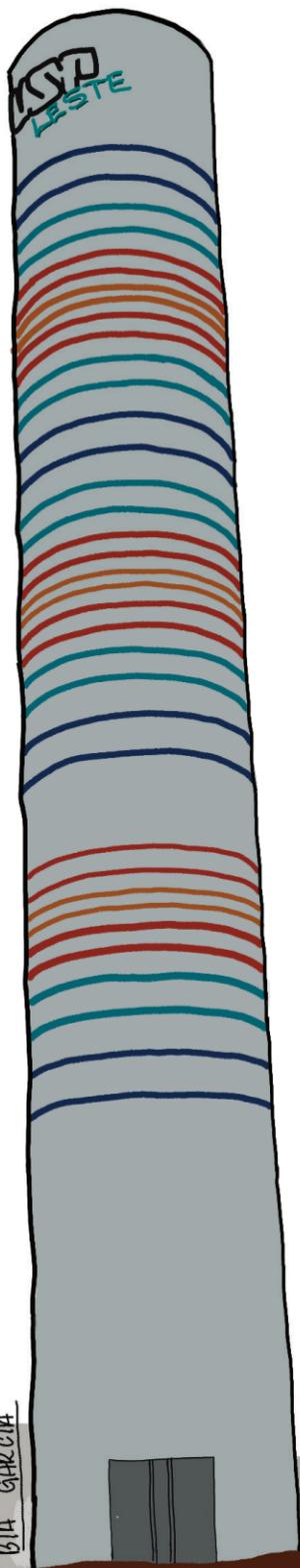
Sobre a capacidade que as lendas urbanas têm de criar e unir comunidades, Rosana aponta que “a USP é um lugar muito grande e muitas vezes separado da cidade, no sentido geográfico, mas também pensando que existe um caminho difícil e inacessível para fazer parte dessa comunidade. Então tem um caráter de orgulho entre as pessoas que estão aqui dentro”.

A professora ainda analisa o risco de uma dessas histórias propagarem desinformação entre a população. Isso porque, de acordo com a especialista, as lendas circulam com o mesmo mecanismo das *fake news*: o artifício de familiaridade entre as pessoas, que confiam e acreditam umas nas outras e levam essas histórias para frente e criam senso de comunidade.

Apesar disto, Rosana conclui que não se pode considerar as lendas urbanas um risco para sociedade. “As lendas têm um caráter pedagógico e comportamental de trazer ensinamentos para um grupo, diferente das *fake news* que visam o controle ou a manipulação de pessoas”.

Assim como os contos de fada, as lendas são narradas de maneira ficcional, mas a partir de elementos que são dados da realidade

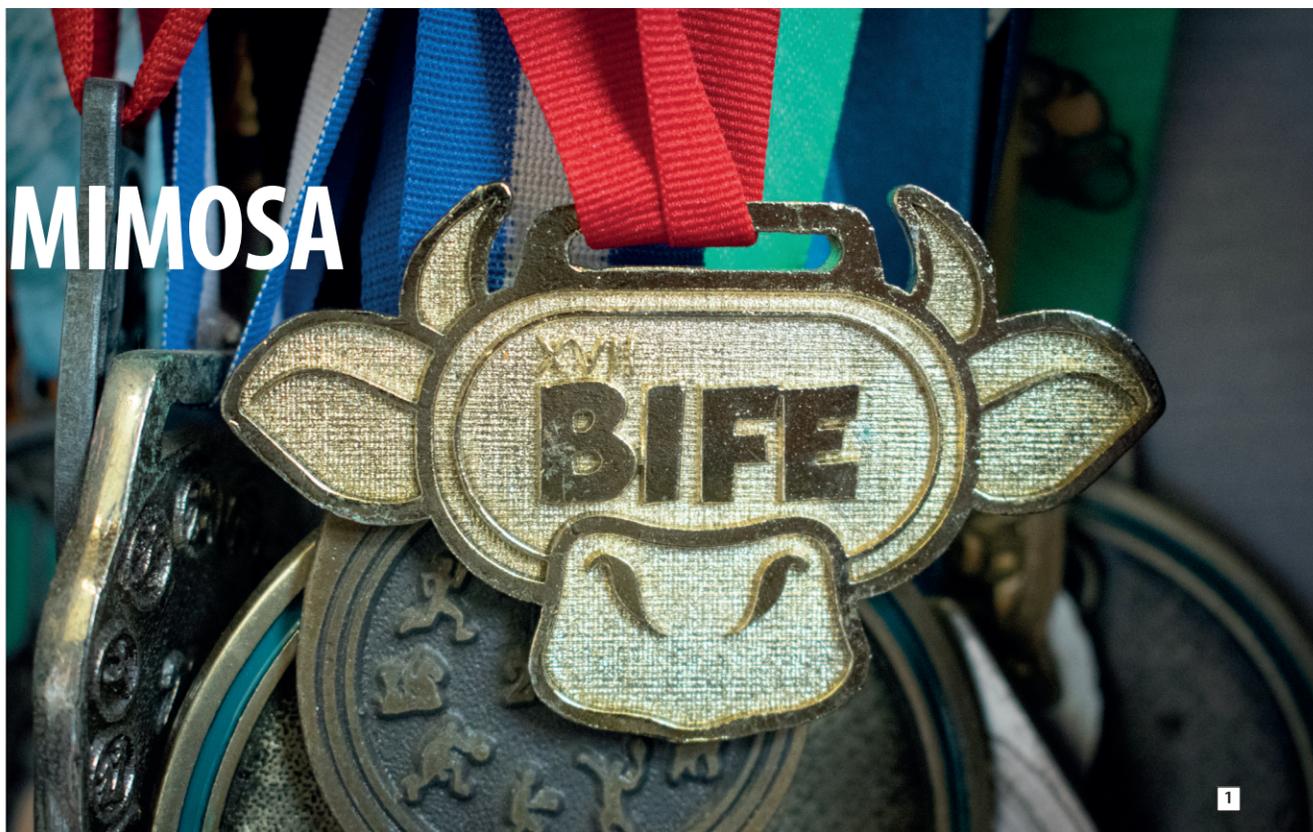
Rosana de Lima Soares, docente da ECA



▶ JOGOS UNIVERSITÁRIOS

JÁ É BIFE: OS 25 ANOS DA MIMOSA

Com mais de duas décadas de histórias, o campeonato segue sendo um símbolo do esporte universitário



LÍVIA UCHOA [REPORTAGEM]

Esporte, amizade, diversão e memórias. São palavras comuns quando se trata de um dos mais importantes jogos universitários da USP: o BIFE. Inicialmente com apenas quatro modalidades, o campeonato se expandiu, se transformou e em 2024 comemora 25 anos.

Criado em 1999, o BIFE é resultado da união das modalidades do Instituto de Biologia (IB) – atualmente conhecida como ICBIÓ, com a agregação do Instituto de Ciências Biomédicas (ICB) e do Instituto de Oceanografia (IO) –, do Instituto de Matemática e Estatística (IME), da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design (FAU) e da Escola de Comunicações e Artes (ECA), cujas iniciais formam o nome da competição.

A atual presidente da organização e graduanda em Ciências Biológicas no IB, Stefani Bonassi, conta que o BIFE surgiu após algumas modalidades terem sua participação negada no InterUSP – tradicional torneio universitário que reúne diversas modalidades, entre elas a Medicina USP Pinheiros, a Escola Politécnica e a Faculdade de Direito. “O BIFE é resistência. Ele nasceu para as modalidades menores, que não participavam do InterUSP, terem um inter para competir. O campeonato abraça muitas modalidades pequenas e dá uma chance delas irem para competições e unirem seus times”.

Atualmente com dez modalidades fixas, incluindo as fundadoras, e duas convidadas, o BIFE continua com a proposta de incluir diferentes times. Para Cle-

ber Ribeiro, atleta de handebol e vôlei desde 2014 pelo IME, além do aumento do público com a entrada de novas modalidades, a dificuldade dos jogos foi uma das principais mudanças: “o nível esportivo aumentou muito, os times foram ganhando experiência, se juntando com outras faculdades e se desenvolvendo. Hoje, ninguém sabe quais vão ser os times na final, todos que estão participando tem condições de ganhar”.

PARA ALÉM DO CAMPO

A adição de novas modalidades representou uma importante mudança no perfil dos jogos. O atual Diretor Geral de Esportes (DGE) da ECA, João Pedro Zanforlin, mais conhecido como Joiner, explica a inclusão dos *e-sports* (esportes eletrônicos) como modalidade, em 2018. O E-BIFE foi criado para contemplar o público gamer, em ascensão na universidade: “isso está crescendo muito, diversos times e faculdades que estão fora do BIFE querem participar”.

Joiner conta que durante a pandemia de Covid-19 os *e-sports* foram essenciais para manter o torneio vivo, já que a modalidade era a única com possibilidade de competição, mesmo com o isolamento. “Hoje o E-BIFE é o maior campeonato on-line da USP”, acrescenta. A modalidade é realizada em dois dias, antes dos demais jogos. Neste ano, ela aconteceu nos dias 29 de setembro e 20 de outubro, na Escola ZION, em Santo Amaro.

Além da valorização do esporte universitário, o BIFE promove um espaço de criação de memórias, amizades e, principalmente, permanência estudantil. Cleber relata que partici-

par do campeonato como atleta e organizador foi necessário para que ele continuasse na graduação. “No IME, eu tinha um dia a dia bem tenso de estudos, com muitas coisas para conciliar. Eu passei por momentos de muita pressão, e via o handebol e o vôlei como um lugar onde eu podia estar com meus colegas, me permitia errar. É um ambiente que traz permanência estudantil”.

Para Renan Azevedo, vice-presidente do BIFE e estudante de Audiovisual na ECA, o campeonato é um lugar de construção de laços: “o BIFE foi a melhor coisa que eu tive na minha graduação. Ele abre muitas portas pra gente conhecer pessoas, ter contato. É algo que nada mais na USP consegue fazer”.

NOVIDADES

“Neste ano vão ter muitas mudanças, a gente pegou um BIFE que, por conta do feriado, vai durar três dias”, anuncia Stefani. Além da mudança na duração da competição, esta será a primeira edição seriada do campeonato. “O modelo tradicional do BIFE é o modelo mata-mata. Como temos muitas modalidades, precisávamos de quatro dias para incluir um esquema de oitavas de finais, quartas de finais, semifinais e finais”, explica Renan. Dada a duração reduzida do campeonato, a organização do BIFE selecionou as modalidades com mais inscritos e as dividiu em duas séries – A e B.

A mudança na estrutura dos jogos resultará em dois pódios diferentes nas modalidades seriadas, ou seja, haverá mais de um time vencedor. Para o vice-presidente, essa nova dinâmica será positiva para os times: “vai dar chance para muitas modalidades

pequenas, que não costumam ganhar medalha. Vai ser legal ver atletas que costumam competir mais por amor ao esporte chegando ao pódio”.

Neste ano, o BIFE acontecerá entre os dias 15 e 17 de novembro em Batatais, cidade do interior de São Paulo. Os organizadores contam que a escolha da cidade da 24ª edição foi um desafio devido à estrutura necessária para realizar os jogos e por ser ano de eleição.

“Somos uma liga que se cobra bastante para entregar algo de alto nível, tanto no esportivo como nas festas. Mas, temos que reconhecer que somos uma liga amadora, feita por atletas e alunos da USP. Não tem nenhuma grande empresa por trás do inter. Então, a organização é trabalhosa, mas no fim das contas é tudo muito divertido”, acrescenta o vice-presidente.

Eu não desisti da graduação muito por conta do BIFE, porque eu tinha que ajudar na organização e no esporte. Imagino que se eu só tivesse focado nos estudos, com certeza teria largado a faculdade e nem iniciado o mestrado

Cleber Ribeiro, atleta do IME



Deus e o Diabo na Terra do Campus

PALOMA LAZZARO [TEXTO]

O vento cortante na Praça do Relógio Solar faz com que participantes do grupo segurem firmemente as folhas da Bíblia, para que não se perca o versículo sendo referenciado durante a pregação. O tema deste encontro dos Águias de Jesus é a identidade – como cristãos se colocam no mundo. Há cerca de vinte pessoas entre as 18h e 19h30 na praça, a maioria são mulheres jovens. Alguns membros são visivelmente líderes do grupo. Gabriel abre a reunião com uma reza autoral (diferente da prática católica que estou acostumada, de rezas aprendidas na catequese com fichas ornamentadas) e Sarah fecha a reunião da mesma forma. A ordem dos eventos é a seguinte: cumprimentos, reza inicial, louvores, leitura de versículos, pregação, louvores e reza final. Fui recebida com apertos de mão e perguntas sobre qual veículo eu fazia parte. Uma das participantes se animou com o fato de ser um jornal impresso, mas houve também uma certa incerteza quanto ao viés do texto.

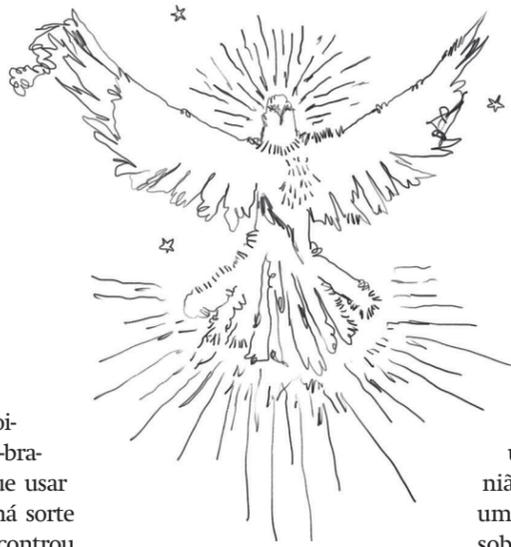
Os louvores são tocados por dois membros da Sociedade Bíblica Brasileira, Lucas e Marco, convidados à reunião pela liderança. Acompanhado por violão e cajón, Marco lidera os vocais, todos os membros cantam, sem errar a letra nenhuma vez. “Se você acredita nisso, então declara! Declara forte e alto para o Senhor!” exclama Lucas durante o refrão de uma das músicas. Vejo algumas pessoas discretamente enxugando lágrimas enquanto cantam, me senti uma invasora da experiência espiritual alheia e baixei o olhar ao chão, tomado por formigas. Alguns membros atrasados do grupo chegam sorrateiramente já cantando, igualmente bem integrados às letras. Em termos estéticos, os louvores se assemelham a um pop-folk, diferentemente da música gospel dos Estados Unidos.

“É muito simbólico estarmos aqui, nessa localização central do campus. Mostramos que a USP é do Senhor, que as pessoas aqui são do Senhor. Afinal, estamos em um país que é livre, que não persegue, que nos permite amar ao Senhor”, é o preâmbulo de Lucas à sua pregação, que usa os versículos João 1:12, João 10:10, Eclesiastes 8:21, 1 Coríntios 2:14, 2 Coríntios 5:7 e Provérbios 4:23 como condutores para o tema. Ele afirma que somos seres espirituais, porém desafiados

pelo Inimigo, o qual vem roubar, matar, destruir. “E quem é o Inimigo? Satanás é o Inimigo”, me surpreendo com o quão explícito ele é, afinal a palavra foi proibida pela minha avó ítalo-brasileira, sob a crença de que usar o nome do diabo trazia má sorte à casa. “Onde o Inimigo encontrou espaço nas nossas vidas? Nas brechas, é por elas que ele vem para destruir a nossa identidade”. Ele conta também uma história da época em que morava em Dublin com sua esposa e filhos: uma mulher ia cometer suicídio pulando de uma ponte e o casal a auxiliou a desistir e acolheram-na. “O Senhor salvou uma vida”. O tópico traz aos rostos dos membros uma feição meio sombria, provavelmente desconfortáveis com o tema tabu, porém, é uma narrativa engajante.

“Como cristãos, temos acesso direto a Cristo, mas buscamos uma autoridade para essa mediação”, frase no discurso de Lucas, é uma boa explicação do apelo e interesse por grupos como o Águias de Jesus na universidade. Há também uma missão, “Deus nos chamou para um tempo e uma realidade onde podemos fazer o que Ele nos ensinou. A nossa responsabilidade é trazer a realidade do céu para a terra”, parte do preceito geral de não se apegar ao material, ao carnal, ao terreno. A partir das 18:45, as palavras religiosas são entrecortadas por gritos e comandos do grupo praticando circuito HIIT na mesma praça, me distraíndo um pouco. As picadas de formiga no meu tornozelo também começam a inchar, então acho uma forma discreta de coçá-las.

De forma geral, a experiência é diferente de



como é em igrejas. Apesar da estrutura semelhante de eventos, o ambiente é mais sincrético.

Na segunda-feira seguinte, falo com Letícia, líder da Aliança Bíblica Universitária (ABU USP) núcleo FFLCH. Ela explica que o grupo é voltado ao método indutivo de estudo bíblico. Vez ou outra, há eventos em igrejas ou campanhas focadas em algum assunto extra bíblico. Pergunto a ela se já sofreu perseguição na universidade. “Nunca senti nenhuma perseguição institucional. No nível interpessoal, foram apenas alguns comentários, vindos principalmente de pessoas que foram machucadas pela religião... acho que algumas pessoas falam de perseguição para se sentirem mais próximas das narrativas bíblicas” é sua resposta. A ABU é parte do IFES, uma instituição internacional de estudantes evangélicos, diferentemente do Águias de Jesus, que é um grupo não-vinculado. Ambos não são filiados a igrejas, porém, ainda são grupos voltados a cristãos evangélicos.

No dia seguinte à conversa com Letícia, houve uma reunião da ABU na FFLCH. O grupo era visivelmente menor que a reunião do Águias, além do caráter totalmente diferente dos eventos. Os

Bruna, Felipe, Thalita, Vitor, Pedro e Letícia se apresentaram. Deles, dois estudam Letras Hebraico devido ao interesse em teologia, outros dois fazem filosofia por um motivo parecido. A reunião de terça-feira faz parte de uma série de discussões do grupo sobre obras de arte e sua relação com trechos da Bíblia e ideias teológicas. Bruna trouxe o poema *Às seis da tarde* de Marina Colasanti, que narra angústias e choros femininos durante um dia. É um belo poema, que, relacionado aos versículos Eclesiastes 1:1-11 e Tito 2:11-13 ganha um sentido existencial e humanístico interessante. Houve uma pequena confusão na leitura em roda dos versículos e eu sem querer li em voz alta quando não era minha vez, mas deu certo. “É um poema sobre desempenho e satisfação. O contexto feminino mudou, mas ainda é um lugar de desvantagem social. E nisso a gente se pergunta, ‘onde eu coloco a minha esperança, o meu valor?’”, diz Bruna sobre sua escolha de obra e de versículos.

A discussão entra em uma crítica a cultura de esposas “tradicionais”, popularizada nos últimos anos. Me surpreendi positivamente, afinal, achava que a discussão seria pautada em temas mais amplos e celestiais. Thalita abre o tópico “em casa, o trabalho sucumbe. Na rua, o trabalho sucumbe. Se voltar ao que era antes, o trabalho também vai sucumbir. Onde vai desaguar essa busca? É um ciclo insustentável”. Em relação ao texto bíblico e seu clamor por esperança e glória, “o produtivismo vai contra o que entendemos como esperança” diz

Pedro. Felipe intensifica a discussão com suas palavras fortes ditas com voz tranquila: “uma coisa diabólica do capitalismo é essa farsa de piedade, ele finge que te dá uma opção”. As discussões continuam, embasadas com algumas citações bíblicas de cabeça, enquanto eu ouço em silêncio e tomando notas excessivas considerando o escopo do texto que estava escrevendo.

Outra frase reveladora quanto ao interesse no estudo bíblico é dita, dessa vez por Bruna: “pensar na justiça de Deus é sempre consolador nesses momentos cotidianos de angústia”. “A fé pode se tornar só um escapismo da desordem, mas é importante encontrar beleza nessa desordem. A gente pode perder a noção da vida e do mundo como Graça”, complementa Vitor, com alguns sorrisos e gesticulando. Uma nova sessão da discussão começa quando Letícia pergunta: “como podemos responder em obediência?”. A resposta unânime é “chorar”, o que me pegou de surpresa. Achei que haveria alguma sugestão de evento de leitura extra ou rezas sucessivas. “Jesus chega em Jerusalém, vê que tudo está errado, e chora”, diz Felipe, novamente com intensidade expressiva “Ele era perfeitamente humano e perfeitamente Deus”, Thalita concorda teologicamente. Pedro, quieto a maior parte do tempo, diz algo que o grupo todo me pede para anotar: “A gente comete o erro de ver os pecadores como objeto da Graça, mas não os redimidos como produto dela”. Anotei, pois de fato gostei da fala.

Ao final, Letícia lidera uma reza autoral em agradecimento pela reunião, que me fez entender uma fala dela na segunda-feira. “O maior atrativo, pra mim, é, além de ter um espaço diferente da igreja e do culto pra falar de Deus, a amizade. Meus melhores amigos são da ABU”. Da mesma forma que pessoas da atlética ou de extensões se mantêm nessas organizações pela conexão humana, o interesse em grupos bíblicos é o mesmo. Há uma crítica justa ao proselitismo de alguns grupos, às abordagens em momentos inoportunos e aos cartazes por vezes estranhos. Porém, a maior parte das pessoas gostou de ter uma presença externa nas reuniões, apesar da reticência no ar. Numa visão pessimista é o imperativo cristão de expandir a fé, mas provavelmente era a vontade de criar novas conexões.

